

MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA E PÚBLICA DE 2013/11/27

Aos vinte e sete dias do mês de novembro de dois mil e treze, pelas 9h30, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, sob a presidência do Sr. Alberto Simões Maia Mesquita, Presidente da Câmara Municipal, estando presentes os Srs. Vereadores:-----

. Nuno Miguel Marques Libório; -----
. Fernando Paulo Ferreira; -----
. Ana Lídia Alves Cardoso; -----
. Helena Margarida Mendes Pereira de Jesus; -----
. Marina Estêvão Tiago; -----
. Aurélio dos Santos Marques; -----
. António José Sequeira Félix; -----
. Paulo Sérgio Pinto Rodrigues; -----
. José António da Silva de Oliveira; -----
. Vítor Manuel Jorge da Silva. -----

Estiveram ausentes os Srs. Vereadores: João Manuel Correia Pires de Carvalho, tendo sido substituído pela Srª Vereadora Helena Margarida Mendes Pereira de Jesus, e Rui Ribeiro Rei, tendo sido substituído pelo Sr. Vereador Vítor Manuel Jorge da Silva.-----

A reunião foi secretariada por Fernando Paulo Serra Barreiros, Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica, em regime de substituição, assessorado por Sónia Isabel Duarte Ferreira, Assistente Técnica.-----

Declarada aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações sobre o expediente apresentado:-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Atã 002

Reunião de 2013/11/27

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PRESENÇAS DO PESSOAL DIRIGENTE E TÉCNICOS-----

GABINETE DE APOIO À PRESIDENTE-----

. Adjuntos-----

Mário Nuno Duarte -----

Jorge Zacarias-----

. Técnico Superior-----

Dr. Renato Gonçalves -----

DIVISÃO DE INFORMAÇÃO MUNICIPAL E RELAÇÕES PÚBLICAS-----

. Coordenadora -----

Drª Filomena Serrazina -----

DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA-----

. Chefe da Divisão Financeira, Patrimonial e de Controlo Orçamental-----

Dr. Rui Galhardo-----

DEPARTAMENTO DE GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO

URBANA-----

. Diretor -----

Arqtº Nuno Santos -----

DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIATURAS E INFRAESTRUTURAS-----

. Chefe da Divisão de Obras, Viaturas e Infraestruturas -----

Engº José Fernandes -----

. Chefe da Divisão de Infraestruturas Tecnológicas-----

Engº Clemente Rocha -----

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA-----

. Técnica Superior-----

Drª Susana Santos-----

DEPARTAMENTO DE AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE, DESPORTO, EQUIPAMENTOS E

DESENVOLVIMENTO SOCIAL-----

. Chefe da Divisão de Ambiente, Sustentabilidade e Espaço Público -----

Arqtª Catarina Conde -----

EQUIPA MULTIDISCIPLINAR DA REABILITAÇÃO URBANA-----

. Chefe da Equipa -----

Urbª Luís Matas de Sousa -----

Fl. Livro _____

Fl. Atà 003

Reunião de 2013/11/27

CAPÍTULO: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA



Reunião de 2013/11/27

Deliberação nº

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS E RELATÓRIO RELATIVOS À ESCOLA DE TOUREIO
JOSÉ FALCÃO -----

Interveio o Sr. Presidente, dando início à reunião cumprimentando os presentes, e entregando ao Sr. Vereador Aurélio Marques um relatório sobre um pedido que o mesmo fez na última reunião, no que respeita à demonstração de resultados e relatório da Escola de Toureio José Falcão.-----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Aurélio Marques, agradecendo ao Sr. Presidente a entrega do documento.-----

O Sr. Vereador Vítor Silva interveio, mencionando que os membros da Coligação Novo Rumo não o tinham solicitado, mas aproveitam a oportunidade para solicitar ao Sr. Presidente o relatório de contas da Escola de Toureio José Falcão, conforme deu à bancada da CDU.-----

Deliberação nº **1129**

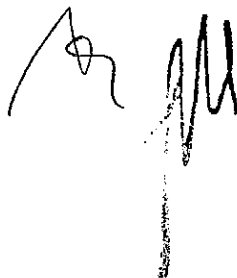
aod.2



Reunião de 2013/11/27

Deliberação nº

O Sr. Presidente interveio, dizendo que o parque de campismo necessita de ser revitalizado, há muito que carece de intervenção, no que está absolutamente consciente, e espera que na discussão do próximo plano de atividades haja condições para que se possam, ainda este ano, fazer algumas obras de melhoria.---



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

BOLETIM CULTURAL CIRA -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo que os membros da CDU gostariam de colocar uma questão que tem a ver com a revista Cira. Foram convidados para o lançamento digital desta revista, que vai no seu nº 11, e perguntam se a câmara municipal vai deixar de editar a revista em formato papel, e se só o faz agora em formato digital.-----

Se assim for, lamentam esta escolha e opção, pois a revista Cira é uma revista conceituada a nível nacional e também internacional, no âmbito da história e da arqueologia. É uma revista de referência, que nota e marca a diferença do concelho no que respeita à área da história do património, e portanto gostariam de perceber qual é a intenção da autarquia, pois não lhes parece que o facto de se editarem algumas centenas de exemplares possa pôr em causa a boa saúde financeira da câmara municipal.-----

O Sr. Vice-Presidente tomou a palavra, mencionando que já se vai na terceira edição digital do boletim Cira. Houve duas edições do Cira Arqueologia, uma delas dedicada ao foral de Vila Franca de Xira, e outra ligada à romanização no vale do Tejo. Esta é uma forma que se tem de democratizar o conhecimento, porque há trabalho realizado no museu municipal nos diversos núcleos, e ao invés de ficar a aguardar por uma publicação em papel, necessariamente mais dispendiosa e que chega a muito menos gente, optou-se, de há 2 anos a esta parte, por ir produzindo ciras arqueologias, de que são feitos bastantes exemplares em formato digital, em CD. As pessoas têm acesso à mesma a um material físico deste boletim, mas sobretudo, e isso é que é o mais importante, consegue-se, de uma forma rápida, colocar na Internet todo o conteúdo cultural desses boletins, o que tem trazido um contacto, não só internacional, muito mais fácil, com estas matérias, mas sobretudo uma visualização destes documentos muito maior do que se se publicasse em papel. -----

A Cira Arqueologia já vai acima das 3 000 visualizações, de pessoas que vão ver especificamente o boletim que está disponível, coisa que não era possível com o boletim em papel, se fosse feito, como a Srª Vereadora sugeriu, nalgumas centenas de exemplares. -----



Reunião de 2013/11/27

Deliberação nº

De qualquer maneira, tendo em conta que esta edição dos boletins funciona como fascículos de parte dos trabalhos temáticos que são desenvolvidos pelo pelouro da cultura, não está afastada a possibilidade, quando houver um número de edições que possa comportar uma publicação em papel e haja disponibilidade financeira, de fazer uma edição em papel sobre esta publicação do Cira. ----- Terminou, referindo que na sexta-feira à tarde, no Núcleo Museológico de Alverca, vai ser editado mais um boletim com as reflexões técnicas sobre o ciclo património e história, que decorreu no núcleo de Alverca durante este ano de 2013, e ficam todos os Srs. Vereadores convidados a estar presentes. -----



Reunião de 2013/11/27

Deliberação nº

Souberam que há ou fala-se de uma intenção de encerramento das Finanças na sede do concelho, e gostariam de perguntar se a câmara municipal sabe desta intenção, e o que é que já fez no sentido de que ela não venha a acontecer.-----



Deliberação nº

Am

O Sr. Presidente interveio, mencionando que naturalmente se está já a pensar em alojar outros serviços, e depois de se ter a definição desses serviços, que carecem de ser melhor instalados, informará a câmara municipal, sendo que se vai rentabilizar, como é óbvio, o espaço em causa.-----

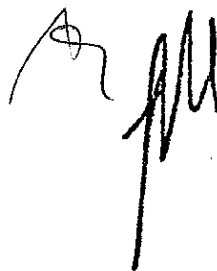
This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.



Reunião de 2013/11/27

Deliberação nº

O Sr. Presidente tomou a palavra, referindo que vai pedir ao advogado da autarquia que faça uma informação para poder ser presente. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
ESCOLA SECUNDÁRIA GAGO COUTINHO, EB 2,3 DE VIALONGA E ESCOLA
SECUNDÁRIA ALVES REDOL -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, reportando-se à escola Gago Coutinho, em Alverca do Ribatejo, dizendo que na agência Lusa, crê que no dia 17 de novembro, saiu uma declaração do Sr. Presidente, referindo que era intenção da autarquia entrar em acordo com o ministério, ser ela própria a assumir a obra, e depois ser ressarcida pelo Ministério da Educação, indo de encontro àquilo que foi o exemplo da escola Vasco Moniz ou da Pedro Jacques de Magalhães. -----

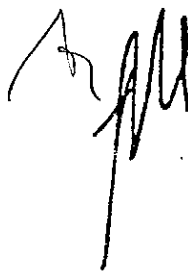
Sabem os membros da CDU que nesta escola há inclusivamente assuntos do foro judicial que implicam uma série de confrontos entre o ministério e o próprio construtor desta obra, que era da responsabilidade da Parque Escolar, ou seja, neste momento há um contencioso com o consórcio a quem foi adjudicada, e aquilo que perguntam é se o Sr. Presidente assume isto sozinho. No mandato anterior tinham colocado esta situação, consideram que é um assumir de encargos que deve vir à reunião de câmara, deve ser discutido com todas as forças políticas, e mais uma vez a autarquia vem para a comunicação social dizer que vai assumir e quer assumir a obra.-----

Entendem que algo tem de ser feito para resolver um problema, porque a escola fica a meio da requalificação, neste momento há equipamentos que estão fechados, e devem ser concluídos para serem colocados à disposição daquela comunidade educativa.-----

Gostariam também de deixar as preocupações que têm relativamente a outros equipamentos escolares do concelho, que não tendo sido fruto de intervenção da Parque Escolar, e não tendo ficado com obras nenhuma a meio, porque nem sequer começaram, devem merecer a maior atenção. -----

Refere-se concretamente à EB 2,3 de Vialonga, onde os alunos continuam a ter problemas de espaço, e continuam pelo menos 4 turmas a funcionar em monoblocos, até ao dia em que a Parque Escolar se lembrar de ir buscar os 4 monoblocos que deixou lá, perspetivando sempre o início de uma obra que nunca começou.-----

Refere-se também à Escola Secundária Alves Redol, que como todos sabem tem



também problemas no que respeita a infiltrações.-----

Como primeira questão, entendem que o Sr. Presidente, percebendo da necessidade da conclusão da obra, deve e é sua obrigação, discutir esta tomada de posição com todo o órgão câmara municipal, e depois não se podem esquecer estas duas escolas, que devem urgentemente merecer obras de requalificação. -----

O Sr. Presidente interveio, mencionando que foi feita uma afirmação que lhe parece excessiva, na medida em que o presidente da câmara, só por si, não tem competência para decidir avançar com determinadas decisões, nomeadamente quanto à escola Gago Coutinho. -----

Lembra que esta matéria foi falada no mandato anterior, e inclusivamente a anterior presidente informou da disponibilidade da câmara municipal poder vir a celebrar um protocolo de parceria, como tem feito noutras escolas, nomeadamente a Vasco Moniz e a Pedro Jacques de Magalhães, no sentido de acelerar e tentar encontrar uma solução para a Gago Coutinho. -----

Essa matéria foi colocada pessoalmente ao Sr. Ministro da Educação quando esteve na inauguração da ampliação da escola Pedro Jacques de Magalhães, mais tarde fizeram-se mais algumas iniciativas, e se for esse o entendimento da câmara municipal, como já tem sido noutras ocasiões, far-se-á, porque entende que quando a autarquia pode acelerar um determinado processo para benefício da população deve fazê-lo. -----

Poderá discordar-se, mas valerá a pena, por vezes, a câmara municipal, para além daquilo que são as suas efetivas competências, poder, com os serviços centrais, encontrar soluções para resolver matérias importantes para a população, como se fez na área da educação, saúde e outras. -----

A população não quer saber muito de quem fez ou não, as coisas ficaram ao serviço da população, isso é que é o importante, e a câmara municipal o que tem de fazer é acautelar, no sentido de ser ressarcida dos investimentos que são feitos. Foi pura e simplesmente o que se disse ao Sr. Ministro, e foi aquilo que o próprio, numa questão que lhe foi colocada, respondeu. Contudo, não pode nem deve assumir, nem tem competências para tal, uma situação dessas, que tem de ser discutida em sede de câmara municipal, e a Srª Vereadora deve ficar descansada, pois não pode tomar decisões que não lhe competem, mas sim ao colégio da



Reunião de 2013/11/27

Deliberação nº

Quanto à EB 2,3 de Vialonga e a Escola Secundária Alves Redol, são matérias que naturalmente se têm de seguir com atenção, na tentativa de resolver estas situações. -----



Reunião de 2013/11/27

Deliberação nº

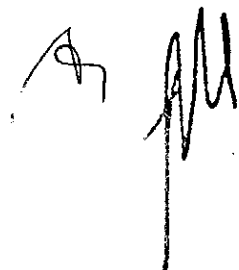
Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
ENTREGA DE DOCUMENTO À CDU RELATIVO AO ESTACIONAMENTO DA QUINTA DA
MINA - VILA FRANCA DE XIRA -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, lembrando que logo nas primeiras reuniões o Sr. Presidente, em relação à requalificação do estacionamento da Quinta da Mina, em Vila Franca de Xira, ficou de entregar o projeto ao gabinete, porque disse que havia um.-----

Pelo menos até agora não o recebeu, e pensa que o gabinete também não, pelo que agradece que, quando fosse possível, o fizesse chegar. -----

O Sr. Presidente interveio, mencionando que solicitou aos serviços para lhe fazerem chegar o estudo de requalificação da Quinta da Mina, e pede ao Engº José Fernandes que hoje lho faça chegar, porque há mais de 15 dias que provavelmente foi pedido, e não há razão nenhuma para não estar já na posse dos Srs. Vereadores da CDU. -----

Assim, mais uma vez solicita que lhe façam chegar o estudo, e nesse sentido ser depois enviado aos Srs. Vereadores.-----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

DESASSOREAMENTO DO RIO TEJO EM VILA FRANCA DE XIRA E ALHANDRA -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, reportando-se ao rio Tejo, concretamente a Vila Franca de Xira e Alhandra, e ao desassoreamento dos inertes do rio, dizendo que no mandato anterior, quando os membros da CDU levantaram a questão, a Srª Presidente, à data, informou que a situação estava resolvida, e que na semana logo a seguir a engenheira iria falar com o Porto de Lisboa, com as entidades interessadas, e isso iria ser ativado e feito.-----

Como até este momento não foi feito, e todos conhecem a situação em que se encontra ali o assoreamento no Jardim Constantino Palha e em Alhandra, gostariam de sensibilizar o executivo para rapidamente avançar, bem como saber, como é evidente, como se encontra a questão. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que muitas das vezes as intenções são as melhores, mas a realidade é outra. Aquilo que no passado se conseguia fazer com alguma facilidade, que eram algumas dragagens, hoje não é possível, porque exige da parte da Agência Portuguesa do Ambiente – APA um estudo hidrológico muito profundo, que tem a ver com a necessidade do tratamento de todos os resíduos, a sua deposição e tratamento, e por isso não é uma dragagem simples, como se fez há uns anos atrás. -----

Nesse sentido, a anterior presidente estava na expectativa que pudesse avançar, como era habitual, mas hoje isso não é permitido, pela atual legislação. Há que fazer um estudo, que está para avançar, para depois ser colocado à consideração da APA, que superintende todas estas matérias. Em boa verdade quem deveria tratar destas coisas era a própria APA, que tem responsabilidades na boa navegabilidade do rio Tejo, o que não faz há muitos e muitos anos. -----

Mais uma vez a câmara municipal tem que se substituir para resolver a questão, e assim que o projeto estiver feito e houver um parecer favorável da APA ir-se-á avançar com o desassoreamento, mas o que estava em causa unicamente era a área da marina e zona contígua da União Desportiva Vilafranquense. O Sr. Vereador falou em Alhandra, e não tem de memória se é extensivo, mas vai saber.- Assim, há algumas dificuldades que exigem algum tempo para resolver e tratar dos procedimentos necessários.-----



Reunião de 2013/11/27

Deliberação nº

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que esta é uma matéria que se vai analisar, no sentido de verificar se há condições, a breve trecho, de resolver. -----



Deliberação nº

[Handwritten signature]

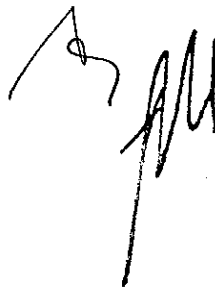
Tomou a palavra o Sr. Presidente, mencionando que solicitou aos serviços para avaliarem esta matéria, e aquilo que sabe é que foi lá colocado um portão, inclusivamente estava a ser parqueada uma viatura. O que o Sr. Vereador lhe diz é que a situação está na mesma, e solicita neste sentido à fiscalização que faça aquilo que tem de fazer, e resolver o que já devia estar resolvido há muito tempo.-- Estava convicto que com a colocação do portão, que lhe disseram que foi colocado, o problema estava resolvido, mas pelos vistos não está. -----



Reunião de 2013/11/27

Deliberação nº

Tomou a palavra o Sr. Presidente, solicitando ao Sr. Vereador António Oliveira para tomar boa conta da situação, para oficiar a Estradas de Portugal para a resolver.----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

AR QUE SE RESPIRA EM ALHANDRA -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando que na última reunião de câmara os membros da CDU colocaram algumas preocupações, que têm a ver com a situação do ar que se respira na localidade de Alhandra. -----

Gostariam de perguntar à câmara municipal se tomou em boa conta a sugestão ou proposta que deram, de solicitar à Agência Portuguesa do Ambiente – APA, apoio especializado no sentido de perceber o alcance e dimensão da poluição atmosférica na vila de Alhandra, por um lado, e por outro no sentido de preventivamente fiscalizar a atividade industrial da Cimpor, tendo como objetivo, fundamentalmente, a recuperação desse passivo ambiental, e a introdução de mecanismos que previnam mais focos de difusão de poluição. -----

Por isso mesmo perguntam hoje à câmara municipal, passados 15 dias, que diligências foram tomadas nesse sentido, e se hoje existem mais certezas no sentido de perceber efetivamente o que aconteceu e, mais importante, como é que se poderá prevenir ou evitar que volte a acontecer uma saturação ou degradação da qualidade do ar que se respira na vila de Alhandra. -----

O Sr. Vice-Presidente interveio, agradecendo a questão levantada, dizendo que esta é naturalmente uma preocupação da câmara municipal, e é independente da preocupação que os membros da CDU manifestaram, uma vez que, como é habitual, todos os meses se faz um contacto com a APA, no sentido de remeter para esta agência os resultados das medições da rede de partículas de suspensão que a câmara municipal tem a funcionar em Alhandra, no que já é uma ultrapassagem do que seriam as suas competências próprias, porque a medição da qualidade do ar faz parte de uma rede nacional, da responsabilidade da AMA, e no caso também monitorizada pela CCDRLVT. -----

O concelho faz parte de uma rede que, sendo nacional, não está montada em todos os concelhos, de qualquer das formas houve ocasião, com a colaboração direta da câmara municipal, de conseguir instalar uma estação de medição da qualidade do ar da APA, que funciona no Jardim Álvaro Vidal, em Alverca do Ribatejo, que mede todo o concelho, e até mais do que isso. -----

Esta é a única estação que tem medido situações de anormalidade relativamente à

[Handwritten signature]

qualidade do ar, e fê-lo por duas ocasiões. Uma delas trouxe-a à reunião, porque coincidiu com a reunião de câmara, foi 1 ou 2 dias antes, e falou-se sobre a matéria, tendo a ver com um tempo anormalmente quente e seco que aconteceu em agosto, que alterou os níveis de ozono no ar, não só em Vila Franca de Xira, portanto na estação de medição de Alverca, mas em toda a Área Metropolitana de Lisboa e noutras áreas do país, como aliás se sabe. -----

Quanto à rede de medição das partículas em suspensão em Alhandra, todos os meses é feita uma análise e emitido um relatório por parte do laboratório dos SMAS, que é remetido, não só para a APA, mas para a CCDRLVT, a própria Cimpor, Junta de Freguesia de Alhandra, assembleia municipal e duas associações ambientais que operam nesta área do concelho. -----

Genericamente o que dizem as medições é que a qualidade do ar em Alhandra está dentro dos parâmetros definidos por lei, e está muito abaixo dos limites relativamente à qualidade mínima do ar. -----

Está-se pois numa situação boa, sendo que o último relatório é de setembro, e manifesta uma melhoria da qualidade do ar em Alhandra relativamente a agosto, e não seria de espantar, tendo em conta que setembro foi um mês menos rigoroso sob o ponto de vista do calor em comparação com agosto. -----

Quanto à possibilidade de ultrapassagem do valor definido por lei, que é de 35, para se manter como aceitável a qualidade do ar, em Alhandra houve apenas um dos postos, junto ao centro náutico, que ultrapassou 3 vezes um determinado parâmetro, o que tem uma explicação. Não tem nada a ver com a Cimpor, tem a ver com o facto de se estar naquela zona a desenvolver obras de requalificação da zona em volta do centro náutico. -----

A rede de partículas de suspensão em Alhandra mede, não só as questões relativas à Cimpor, mas a todas as partículas de suspensão que existem naquela freguesia. -- No que respeita à questão da Cimpor muito em concreto, como se sabe a câmara municipal tem uma comissão de acompanhamento ambiental à unidade produtiva da Cimpor, que reúne periodicamente, vai aliás reunir novamente em meados deste mês de dezembro, e vai fazendo o acompanhamento da produção. -----

De uma forma genérica, o que se pode dizer é que, quanto a uma evolução a médio prazo, ou seja, com vários anos de medições, há uma melhoria



Fl. Ata' 022

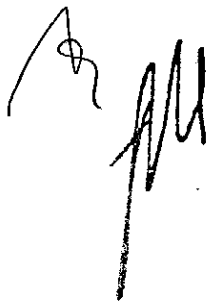
Reunião de 2013/11/27

Proc^Q

Deliberação nº

incomparável do ar em Alhandra, em virtude da Cimpor não ter, até sensivelmente à altura em que o Partido Socialista chegou à presidência da câmara municipal, filtros de manga instalados nas suas chaminés, o que foi uma das primeiras lutas do PS, acompanhado pelas outras forças políticas na câmara municipal e pela junta de freguesia, de então, de Alhandra. A instalação de filtros de manga melhorou claramente a situação da qualidade do ar em Alhandra. -----

Por outro lado, verifica-se que a Cimpor nos últimos muitos meses tem vindo a reduzir fortemente a produção daquela unidade fabril, o que tem também, necessariamente, como consequência, uma redução das partículas que emite, sendo certo que a rede instalada de medições de partículas em Alhandra não mede exclusivamente as partículas saídas da Cimpor. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

SITUAÇÃO DAS VIVENDAS DAS OGMA – ALVERCA DO RIBATEJO -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, reportando-se a um assunto que os membros da CDU trouxeram à câmara municipal há 15 dias atrás, dizendo que na sequência do pedido que fizeram de vistoria das condições de habitabilidade e salubridade das vivendas das OGMA, na cidade de Alverca do Ribatejo, ficaram indignados com a resposta da EMPORDEF, lida na comunicação social, onde esta empresa pública, sociedade anónima do Estado, afirma que tem como solução imediata tapar portas e janelas. -----

À câmara municipal gostariam de dizer que não lhes parece sequer sensato que uma empresa pública do Estado possa dar uma resposta deste tipo, e se essa for de facto a resposta no curto espaço de tempo, da parte da EMPORDEF, não se está a resolver o problema, está-se a agravar. -----

Assim, gostariam de saber qual é a opinião da câmara municipal, e como é que reage a estas declarações transmitidas para a comunicação social. -----

Respondeu o Sr. Presidente que teve uma reunião com a EMPORDEF, onde colocou exatamente estas preocupações, da necessidade de tratar do seu património, e a empresa disse que ia avançar com as soluções que minimizem os problemas que existem. Não tem presente o que veio nos jornais, mas também, neste momento, em termos imediatos, não sabe bem o que é que se pode fazer. -----

Aquilo que se pode fazer não é aquilo que a EMPORDEF certamente quererá, pois o que a EMPORDEF quer é tentar encontrar uma solução, com a câmara municipal, para que a autarquia possa adquirir aquelas vivendas. Da reunião que foi feita o que transmitiu foi que a intenção da câmara municipal não era propriamente adquirir as vivendas, mas sim que a empresa tratasse do seu próprio património. No entanto, o que ficou da reunião foi que iria enviar uma proposta, que depois será discutida, e se eventualmente for razoável poderá evoluir-se na aquisição das vivendas, e depois, no futuro, perceber o que se deve fazer daquele património, que está extremamente degradado, e cuja reabilitação é possível, mas não é fácil em termos financeiros. -----



Am

Reunião de 2013/11/27

Deliberação nº

Interveio o Sr. Presidente, referindo que o Sr. Vereador António Oliveira responderá à questão na próxima reunião de câmara. -----

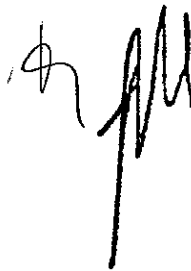
This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.



Reunião de 2013/11/27

Deliberação nº

Interveio o Sr. Presidente, referindo que o Sr. Vereador António Oliveira responderá à questão na próxima reunião de câmara. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

INSTALAÇÃO DE PARQUÍMETROS EM VÁRIAS ARTÉRIAS – PÓVOA DE SANTA IRIA-----

Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, referindo-se a uma questão, no seguimento de uma outra levantada pelos membros da CDU na reunião de 30 de outubro, mais concretamente a possível instalação de parquímetros em várias artérias da zona mais antiga da Póvoa de Santa Iria.-----

Em boa verdade as preocupações que a CDU demonstrou na altura estão agora a ter algum eco na voz popular, com várias críticas que se auscultam na Póvoa, relativamente à pretensão que a câmara municipal tem, de colocar parquímetros nestas zonas.-----

Consideram que os problemas de estacionamento que se verificam na Póvoa hoje em dia não se resolvem com a criação de estacionamento pago, esta medida não irá beneficiar de forma nenhuma o comércio local, podendo até manifestar-se como dissuasora disso mesmo, que esta medida visa e irá onerar cada vez mais a vida dos habitantes da Póvoa de Santa Iria e das freguesias vizinhas que a visitam, bem como irá diminuir em boa parte aquilo que é o estacionamento gratuito para os residentes. -----

Por outro lado, não têm a figura que deveriam ter, que era a alternativa, e aquilo que colocam é que alternativas os habitantes que são esmagadoramente da Póvoa de Santa Iria, Forte da Casa e Vialonga, têm, pois são quem visita ou usufrui deste núcleo antigo da Póvoa, sobretudo nas suas viagens pendulares. Quais são e onde é que estão essas alternativas?-----

Relembra, neste sentido, uma deliberação tomada pela câmara municipal no dia 20 de março deste ano, a nº 287, que derivou de uma proposta apresentada pela CDU, que visa “que a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira desenvolva um plano com carácter vinculativo para instalação de parques de estacionamento gratuitos, térreos ou em silo, na periferia dos terminais rodoferroviários, afetando a este fim, por exemplo, as receitas municipais crescentes do Imposto Único de Circulação e/ou outras que se venham a revelar necessárias”. -----

Perante as decisões que a câmara municipal toma, e a falta de alternativas que existem atualmente na Póvoa de Santa Iria, nomeadamente a não construção, que já deveria estar feita, mas que se tem prolongado e arrastado ao longo dos anos,



do tão famoso terminal rodoferroviário junto à estação de caminhos de ferro, questionam se não estará na altura de equacionar o abandono, enquanto não houver alternativas plausíveis a oferecer à população, deste projeto ou intenção de colocar parquímetros na freguesia da Póvoa. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, mencionando, relativamente à zona antiga da Póvoa, que a preocupação no âmbito da requalificação com que se avançou foi no sentido de na zona mais comercial da avenida da República haver condições para a rotatividade do estacionamento, porque de outra forma não se está a ir ao encontro daquilo que é uma pretensão dos próprios comerciantes, ou seja, os clientes e fornecedores, ou todas as pessoas que tenham alguma ligação ao comércio local, necessitam de ter um estacionamento que seja rotativo, para as pessoas poderem facilmente estacionar. -----

Solicitou ao serviço respetivo o estudo do que está previsto em termos de estacionamento, para verificar se há alguma descontinuidade num processo que se queria muito focalizado nas questões de carácter comercial, e é isso que se vai fazer, bem assim como se vai avançar, como já se tinha falado nalgum momento, com os estudos em termos de estacionamento para as cidades de Alverca e Póvoa de Santa Iria. -----

Quanto ao terminal, o Sr. Vereador saberá que os momentos não vão no sentido da operação urbanística que estava ali prevista, que era o terminal rodoferroviário, e não será nos próximos anos que será construído, não devendo haver ilusões à volta desta matéria. -----

A única coisa que se poderá fazer, e é isso que se tem vindo a colocar assim que o mercado de levante for realocado para o seu local de sempre, após as obras de requalificação terminarem, é pedir ao fundo imobiliário que agora tem as responsabilidades que ceda o espaço para fazer um estacionamento provisório e gratuito. O outro, como se sabe, no terminal rodoferroviário, era pago. -----

Agora, considera que não vale a pena estar a insistir-se numa coisa que nos próximos tempos não vai ser uma realidade, pois não há condições económicas para o efeito. O mercado nestas matérias é soberano, e nesse sentido houve uma oportunidade em 2008/2009 que se gorou, pelas questões que são conhecidas, e a partir de agora fica tudo muito expectante. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

A
PM

Fl. Livro _____

Fl. Ata ' 028

Reunião de 2013/11/27

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

MOÇÃO – SOBRE O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2014-----

Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, apresentado e lendo uma moção dos membros da CDU, de acordo com o documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, relativa ao Orçamento de Estado para 2014.-----

Disse ainda que se se entender que há ainda condições de ser votada hoje, muito bem, senão transitará com certeza para a reunião de câmara seguinte. -----

O Sr. Presidente interveio, mencionando que a moção vai ser agendada para a próxima reunião de câmara. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata ' 029

Reunião de 2013/11/27

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

VENDA AMBULANTE DE PEIXE – VILA FRANCA DE XIRA -----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, mencionando uma questão que os membros da Coligação Novo Rumo já colocaram na reunião anterior, não sabendo se o Sr. Presidente entretanto apurou o que se pode fazer, concretamente a venda ambulante de peixe no largo Marquês de Pombal, em Vila Franca de Xira, bem como noutras ruas, porque a própria já verificou, por acaso, que durante esta semana a senhora em causa andou a “saltitar” de um lado para o outro, e nem sabe se foi para baralhar. -----

Tomou a palavra a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo que esta senhora também já vendia o peixe em 2009, e antes de 2009, e estas senhoras, podendo não cumprir aquilo que a legislação prevê, pois não é a sua área, são até típicas no concelho, e sempre se lembra de ver este tipo de venda. -----

Se não é uma coisa que seja legal, não é de hoje, mas parece que se está num ataque cerrado a uma atividade que, podendo não ser legal, há certamente situações também de foro ilegal que por vezes se faz de conta que não existem. ----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo que não se recorda desta senhora estar naquele local em 2009, se calhar estava noutro, onde a própria não passava, e não a via. -----

O Sr. Presidente interveio, mencionando que teve uma reunião com o Sr. Subintendente Pinto Aires, falou de várias matérias de segurança, mas também da questão, e disse que achava estranho como é que a PSP não conseguia resolver uma coisa destas, bem como que se há manifestação e intenção, e pensa que bem, de tolerância zero para umas coisas, tem de haver tolerância zero no seu todo, naquilo que são as responsabilidades da PSP. -----

O Sr. Subintendente disse que ia estar atento, mas que a senhora andava por vários locais, e não se sabia bem como se havia de reagir. -----

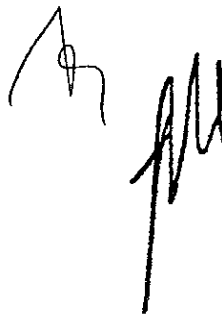
A fiscalização faz o seu trabalho, as atividades económicas fazem o seu trabalho, e a PSP tem de fazer também aquilo que lhe diz respeito, pelo que se vai continuar atento, sobretudo o Sr. Subintendente ficou com essa nota, e diz que vai reforçar a fiscalização relativamente a esta questão.-----



Reunião de 2013/11/27

Deliberação nº

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que ainda não tem nenhuma informação para dar, mas espera a breve trecho ter essa informação. Solicitou aos serviços para lha darem, ainda não a tem, mas pensa que esta semana ou no início da próxima a terá.-----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

PROMOÇÃO DO COMÉRCIO LOCAL NO PERÍODO DO NATAL – VILA FRANCA DE XIRA -

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo-se a uma questão que os membros da Coligação Novo Rumo já colocaram, da época do Natal, e a promoção do comércio local. -----

O Sr. Presidente disse que não há condições económicas para proceder à iluminação como noutros tempos, e compreendem perfeitamente, porque é do conhecimento de todos a situação económica que se vive, mas estiveram a refletir e, efetivamente, os comerciantes pagam os seus impostos, e necessitam de algum apoio, porque vivem momentos menos bons, de algum desalento. Há várias atividades que pensam que poderiam ser feitas, e promoveriam o comércio local sem grandes custos, nomeadamente envolver as escolas, fazendo exposições no comércio local. Assim, em vez de fazer uma exposição num edifício da câmara municipal, fazer no comércio local, onde os pais e familiares iriam, e eventualmente adquiriam algum produto nesse comércio.-----

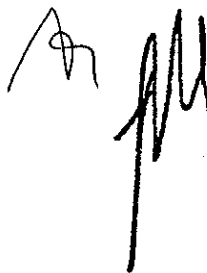
Depois, poderiam envolver-se os artistas com a mesma função e fazer outras coisas que não trazem custos para a câmara municipal, mas podem promover o comércio local, e fazer com que haja uma interação entre as instituições, o comércio e a câmara municipal, envolvendo também as juntas de freguesia.-----

Deixam assim algumas ideias para ponderar, sendo que se está a um mês do Natal, e já não falta muito tempo.-----

Interrompeu a sua intervenção, solicitando aos membros da CDU para deixarem de fazer comentários, pois assim não consegue continuar. Podem nem ouvir, mas pelo menos não devem comentar.-----

Interveio o Sr. Presidente, agradecendo que todos possam ouvir com toda a atenção, pois todos merecem ser escutados, e só depois comentar. -----

Prosseguiu a Srª Vereadora, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo deixam algumas ideias, e que é uma preocupação que os assalta, sendo que, como já disseram várias vezes, congratulam-se com o esforço que os comerciantes da cidade de Vila Franca de Xira estão a fazer, devido ao facto do centro comercial ter encerrado, terem saído para a rua, e terem uma série de encargos. Pensam que esta é uma época crucial para a autarquia mostrar o seu apoio aos comerciantes,



não só de Vila Franca de Xira, mas das outras freguesias do concelho, e às vezes com pouco ou nenhum dinheiro consegue fazer-se alguma coisa. Lembra-se que nas Caldas da Rainha colocaram-se pés autocolantes na rua com as cores do Natal, dirigidos para determinadas lojas, de cores diferentes, e as pessoas acabavam por seguir os pés e acabavam por parar à porta dessas lojas. Há uma série de situações que se podem ter em conta, e efetivamente sem grandes custos. -----

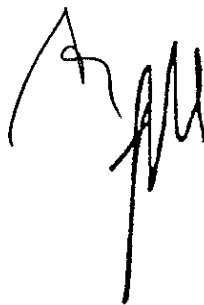
Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, referindo-se ao pedido da Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, relativo aos comentários que os membros da CDU fizeram, dizendo que se esses comentários estavam a afligir pede desculpa, mas aquilo que estavam a comentar fazem-no publicamente, uma vez que, tanto a própria, como o seu camarada, Sr. Vereador Nuno Libório, estavam a fazer um exercício de memória, e estavam a tentar lembrar-se do que foi o Natal de 2009, 2010 e 2011, período em que a Coligação Novo Rumo tinha responsabilidades conjuntas com o Partido Socialista, e por acaso tinha o pelouro das atividades económicas, e não se recordam, mas podem ter um lapso de memória, de ter havido qualquer tipo de preocupação, que no entanto é justa. -----

De facto, é bom tudo aquilo que a câmara municipal fizer para tentar resolver o problema que este Governo, dia para dia, piora, que é o facto de as pessoas não terem nenhuma ou quase nenhuma capacidade de consumo, e fazer com que o Natal seja uma época de grande desilusão financeira para os comerciantes, e também de grande desilusão pessoal, nomeadamente para os pais, que não conseguem dar aos seus filhos e família o que gostariam. -----

A Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus interveio, mencionando que há que convir que é desagradável para quem está a falar ouvir as outras pessoas a rir e fazer comentários, sabe-se lá de quê. É como às vezes diz, quando está em tribunal, em que o juiz não está com atenção e está a escrever, que até pode estar a fazer a lista do supermercado, a si não lhe interessa, o que pensa é que os vereadores nem precisam de estar a olhar, mas quem está a falar sente algum incómodo em ouvir um “zum zum” por trás e alguns risos. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que a questão já foi resolvida. -----

Prosseguiu a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo que pensa que é o Sr. Presidente que tem de responder às questões, e não a CDU, e se agora passa a



CDU a responder às questões da Coligação Novo Rumo, uma vez que a CDU já respondeu que afinal isto tudo podia ter sido feito em 2009 e não foi, então não vale a pena vir a reunião, vão só duas bancadas, e falam uns com os outros.-----

O Sr. Presidente interveio, mencionando que esses são comentários que só responsabilizam a CDU, não responsabilizam o próprio.-----

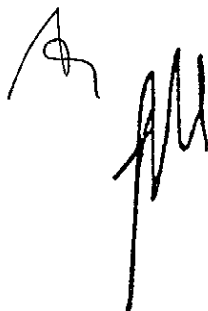
Retomou a palavra a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que é pena que os vereadores tenham a memória tão fraca que não se lembrem das atividades que foram feitas no Natal. Outras não se conseguiram, por diversos motivos, que a CDU não sabe, nem vem a propósito esclarecer, mas foram feitas várias atividades em conjugação com a ACIS, pelas ruas de Vila Franca de Xira.-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que estava na dúvida se tinha legitimidade para falar, depois de ouvir a Srª Vereadora, com o seu sentimento, e espera que a mesma e os Srs. Vereadores da Coligação Novo Rumo não se incomodem muito com a presença dos membros da CDU e saibam ouvir, porque também gostam muito de os ouvir. Não tem a mínima dúvida sobre isso, mas há questões colocadas que devem e podem suscitar de todas as partes a devida apreciação. -----

Não vai fazer mais juízos de valor sobre o conteúdo ou qualidade das intervenções dos vereadores da Coligação Novo Rumo, porque sabem que seguramente fazem-no sempre com o bom espírito de querer ajudar, embora se perceba que há alguma dificuldade nessa mesma intervenção, mas é uma opinião que têm, e sobre a mesma só os próprios se responsabilizam.-----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que teve uma reunião com a ACIS, onde foram coladas questões pela associação, e em algumas vai-se avançar, mas noutras não há condições de o fazer. Há naturalmente alguns sinais em que se poderá ajudar e vai-se fazer, mas tem de se ter uma atenção, olhando o município no seu todo, e não só em Vila Franca de Xira. -----

Neste ano, em Vila Franca de Xira vão-se fazer algumas iniciativas, e no ano que vem vão-se tentar alargar em estreita colaboração com as juntas de freguesia e a ACIS, para dar alguns estímulos aos comerciantes, sobretudo atrair pessoas, porque o comércio só se faz com pessoas. Há algumas questões que são possíveis, e umas a Srª Vereadora já referiu. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

MERCADOS MUNICIPAIS -----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo-se aos mercados municipais, dizendo que todos sabem que os mercados, como existiam antigamente, e como ainda existem no concelho, não têm grande futuro. As pessoas não têm uma grande apetência, a não ser as que já estavam muito habituadas a lá ir, para frequentarem estes mercados. -----

Há mercados ao longo do país, e fora, que são um bom exemplo de como requalificar um mercado municipal, dando o exemplo do mercado do Bom Sucesso, no Porto, e pelo que soube parece que em Campo de Ourique também vai abrir, ou já abriu, um mercado desse género. -----

É um mercado que conjuga várias situações, entre cultura, restauração com tasquinhas, e venda de frescos, como sempre fez, e o certo é que chama outro tipo de pessoas, que acaba por ir e comprar, porque as pessoas hoje em dia exigem outro tipo de condições, e efetivamente a partir de uma determinada geração já não há aquele hábito de frequentar o mercado, cabendo à câmara municipal implementar uma série de medidas para se conseguirem modernizar e requalificar os mercados municipais. -----

O exemplo que deu está inclusivamente na Internet, há uma página do mercado do Bom Sucesso, e pode-se ver o que a cidade do Porto fez. O mercado está sempre cheio, e com certeza que isso se refletirá depois nas vendas dos comerciantes do mercado, que se mantiveram, mas noutros termos, alguns até virados para a rua. --

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo que os membros da CDU estavam a fazer um exercício de memória relativamente aos mercados, e ouviram algumas vezes, algumas propostas, nomeadamente do departamento de cultura, em 2009, 2010 e 2011, onde várias vezes apareceram propostas pela rama de grandes atividades que se iriam fazer nos mercados, para que pudessem ser mais dinâmicos. Espetáculos de Ópera que tinham sido vistos em Veneza e iriam ser feitos em Vila Franca de Xira, mas infelizmente também não houve nenhuma destas atividades que saísse das propostas ou ideias, e pudessem ser concretizadas. -----

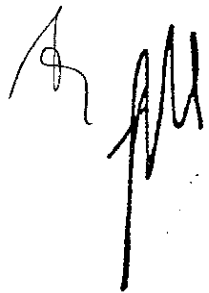
É evidente que os mercados precisam de ser dinamizados, não só porque as



Reunião de 2013/11/27

Deliberação nº

As pessoas, quando vêm do trabalho, encontram o mercado fechado, logo aí não podem adquirir coisa nenhuma, pelo que considera que há que fazer uma reflexão sobre outro tipo de horários, como outro comércio já vai fazendo. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

VISITA DO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA À OGMA - ALVERCA DO RIBATEJO -----

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, mencionando que se congratula com a visita do Sr. Presidente da República à OGMA, em Alverca do Ribatejo, o que pensa ser estimulante para a empresa, que é uma das maiores empregadoras do concelho, e consequentemente para a câmara municipal, pois pode servir de estímulo para, de uma vez por todas, se poder implementar e dinamizar em Alverca mais um parque ligado à aeronáutica. É a razão de Alverca ser reconhecida, e a cidade deveria confirmar esse adjetivo, de ser a cidade da aeronáutica. -----

Confirma-se desta forma que a conferência que as associações empresariais realizaram em fevereiro passado, com a iniciativa conjunta da câmara municipal, tinha a sua razão de ser, ao escolher o tema do desenvolvimento da aeronáutica em Alverca, e pensam os membros da Coligação Novo Rumo que a visita do Sr. Presidente da República pode servir de estímulo e maior dinâmica, com vantagens para todos, nomeadamente para o concelho, no desenvolvimento dessa indústria através da OGMA, que está ligada e pertence ao grupo da EMBRAER. -----

Lamentam, no entanto, que os vereadores não tenham sido informados da visita do Sr. Presidente da República. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, registando esta preocupação do PSD, que espera seja acompanhada pelo Partido Socialista, da necessidade de se criar emprego qualificado e defender a indústria no concelho, e que esteja disponível para acompanhar os membros da CDU na revisão do plano diretor municipal. -----

De uma forma muito recordatória, pretende ainda dizer que o PSD foi o principal responsável, conjuntamente com o Partido Socialista, da destruição e aniquilamento de áreas industriais no concelho. -----

Portanto, independentemente da presença de sua Exª o Sr. Presidente da República anteontem, depois de amanhã, ou noutro dia qualquer, o importante é assumir as responsabilidades, e estes dois partidos, que muito falam sobre a questão da importância da criação do emprego, foram os que mais fizeram, nos últimos 20 anos, para destruir exatamente esse emprego. -----

São precisas mais áreas industrializadas ou preparadas para criar essa indústria, e por isso mesmo é preciso fazer a revisão do plano diretor municipal, e esperam

bem que o PSD os acompanhe, conjuntamente com o Partido Socialista, na necessidade de fazer essa revisão, que se impõe no contexto de hoje, de grande dificuldade do concelho de Vila Franca de Xira. -----

O Sr. Presidente interveio, referindo que acompanhou o Sr. Presidente da República numa visita que fez a semana passada à OGMA, a convite da própria empresa, e foi mostrado ao Sr. Presidente, pelo atual presidente executivo da EMBRAER, tudo o que se faz neste momento em Alverca. De facto é notável a capacidade da atividade aeronáutica que neste momento está instalada na OGMA, não só de fabricação própria, de modelos de aeronaves que são construídas de raiz, mas sobretudo um mercado que cada vez é mais procurado por vários países, a manutenção das suas aeronaves. Este é um mercado em franca expansão, que vai continuar. -----

O Sr. Presidente da República teve ocasião de analisar algumas questões, e ficou surpreendido, na medida em que não conhecia em profundidade aquilo que se fazia na OGMA, mas depois teve ocasião de, publicamente, também o referir. -----

O que se tem de fazer é encontrar sinergias, uma das quais é uma dificuldade que a própria EMBRAER coloca, que é a de mão de obra especializada, o que quer dizer que se tem de reforçar a interação com as escolas, de cursos ligados à aeronáutica, em que os alunos possam vir a estagiar na própria OGMA, se bem que neste momento estão 50 estagiários na OGMA.-----

Provavelmente tem que se aprofundar mais e reforçar esta necessidade que a própria OGMA tem. Neste momento tem 1 500 trabalhadores diretos, e muitos indiretos, de outras atividades complementares.-----

-----



Reunião de 2013/11/27

Deliberação nº

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
RETIRADA DE ENTULHO DA ANTIGA FÁBRICA DE DESCASQUE DE ARROZ - VILA
FRANCA DE XIRA-----

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, perguntando se há algum prazo para retirar o entulho da antiga fábrica de descasque de arroz. -----

Parece-lhe que já vai algum tempo passado, e os membros da Coligação Novo Rumo continuam a ver umas grandes quantidades de entulho, por isso perguntam se há algum prazo, se está dentro desse prazo a não retirada ainda do entulho, bem como saberem se se pode acelerar a retirada daquele entulho, o que neste momento também não é positivo para a cidade. -----

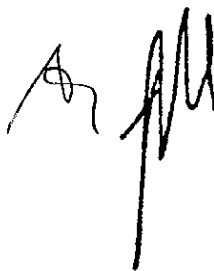
O Sr. Presidente interveio, mencionando que parte daquele entulho é para ser retirado, mas outra é para ser utilizada no próprio local, sendo que também vai tentar saber qual é o "timing" desse trabalho, que não tem presente, e depois transmitirá. -----

Fl. Livro _____

Fl. Ata ' 039 _____

Reunião de 2013/11/27

CAPÍTULO: ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL



Assunto: ATAS NºS 21/2013 E 23/2013 DAS REUNIÕES DE CÂMARA DE 2013/10/25 E 2013/11/13-----

Presente para aprovação as atas das reuniões de câmara de 2013/10/25 e 2013/11/13, com dispensa da sua leitura, por terem sido previamente distribuídas a todos os membros. -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, mencionando que os membros da CDU têm uma questão para apresentar relativamente à ata de 13 de novembro de 2013, respeitante ao ponto 8, da autorização prévia genérica, ou seja, de facto, na assembleia municipal, quando o Sr. Presidente falou que o ponto tinha sido retirado, disseram que não era assim, que tinha sido reprovado ou chumbado, com os votos contra da CDU e da Coligação Novo Rumo. -----

Depois, quando lhes apareceu a ata, consta na mesma que todos tinham deliberado por unanimidade retirar o ponto, e não foi essa a leitura dos membros da CDU. O ponto foi chumbado, e o que o Sr. Presidente disse, salvo erro, depois de ser chumbado, foi que “se é assim, então apresentem propostas diferentes daquelas que nós agora apresentamos”. Assim sendo, foi o Sr. Presidente que concluiu, depois do ponto ser chumbado, que o ia retirar.-----

O Sr. Presidente tomou a palavra, mencionando que pode ter havido algum desentendimento de análise daquilo que se passou, e o que se passou foi a retirada do ponto para os Srs. Vereadores fazerem chegar as sugestões que bem entendessem à volta da matéria, e é isso que está refletido na ata.-----

Interveio novamente a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo que não foi isso que aconteceu, e se calhar os membros da CDU até procederam mal, pelo que vão ter de rever essa situação, quando transmitem a intenção de voto durante as intervenções que fazem. Se calhar vão ter que começar a fazer a intervenção, depois o Sr. Presidente põe o ponto à votação, e a seguir acaba, independentemente do resultado da votação, porque é assim que tem de ser.-----

Esta autorização genérica fez-lhe lembrar o assunto da construção nas Marinhas, que veio à reunião 3 e 4 vezes para ver se votavam de forma diferente. Assim, das duas uma, ou começam a perceber como é que têm de funcionar, e só dão o sentido de voto no final, ou em tudo o que não querem que seja assim, o Sr. Presidente retira, o que não faz sentido.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata ' 041

Reunião de 2013/11/27

Procº _____

Deliberação nº _____

No entender dos membros da CDU o que foi decidido foi não autorizar a autorização genérica prevista na lei dos compromissos, até ao montante que era proposto, e se o Sr. Presidente entendeu de outra forma, não entenderam assim, e há qualquer coisa que não "bate" bem.-----

Retomou a palavra o Sr. Presidente, para dizer que admite que a Srª Vereadora tenha um entendimento diferente, mas o próprio pediu para ser retirado o ponto, e isso não foi depois da votação. Assim sendo, pode-se ouvir o que está na gravação, solicitando ainda ao Dr. Fernando Barreiros para dizer o que ouviu.-----

Tomou a palavra o Dr. Fernando Barreiros, referindo que o entendimento que teve é que efetivamente havia uma votação da CDU no sentido de reprovar, mas o Sr. Presidente, como o assunto era melindroso, e poderia eventualmente vir a trazer alguns transtornos ao funcionamento do serviço, propôs retirar o ponto, e o mesmo foi retirado, ficando a votação sem efeito.-----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, reportando-se ao ponto 23, também da última reunião, sobre a rua Alves Redol.-----

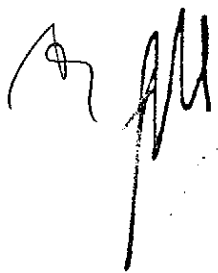
Aquilo que está na ata está correto, mas pensa que falta algo, e está convencido que o disse, apesar de admitir que tenha pensado e não tenha dito, ou então estava o microfone desligado, ou seja, na parte final da sua intervenção reportou-se à retirada das marcações BUS que lá estavam, que felizmente já foram tiradas.--

Se se ouvir a gravação, e se lá estiver, é só acrescentar, e por este facto não tem qualquer problema em votar a ata sobre este ponto. Está convencido que disse, mas admite ter pensado que disse e não disse, ou então ter o microfone desligado, solicitando neste sentido ao Dr. Fernando Barreiros que, se lá estiver, seja só completada a ata nesta parte, que é importante.-----

Contudo, não é por serem retiradas as faixas BUS, com que os membros da CDU se congratulam. Alguém teve uma luta perdida, mas admite a persistência do Sr. Presidente sobre a questão da marcação BUS, em que pelo menos os comerciantes e Vila Franca agradecem a luta da CDU e da Coligação Novo Rumo.-----

Interveio o Sr. Presidente, passando à votação das atas.-----

A Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso interveio, dizendo que os membros da CDU votam a favor da ata de 25 de outubro, mas não podem votar a de 13 de novembro, porque até é explícita, diz que vão votar contra, e a seguir fala o Sr.



Vereador Vítor Silva, que diz que a Coligação Novo Rumo vai votar contra. Desta forma, o ponto não pode ser retirado, foi chumbado, apesar do Sr. Presidente depois poder entender apresentar uma outra solução. -----

Não lhe parece que estas coisas funcionem assim, pois então não faz sentido estar a votar contra. -----

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, mencionando que os membros da Coligação Novo Rumo entenderam, quanto ao ponto 8 da reunião de 13 de novembro, que era retirado antes da votação, e não era levada em conta a votação. -----

Por isso, vão votar a favor da ata. -----

O Sr. Presidente interveio, voltando a colocar as atas à votação. -----

Quanto à ata nº 21/2013, perguntou o sentido de voto, e concluiu que a mesma foi aprovada por unanimidade. -----

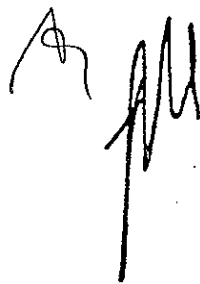
Relativamente à ata nº 23/2013, perguntou o sentido de voto. -----

Respondeu a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso que a CDU vota contra. -----

Retomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que o ponto foi aprovado, por maioria, com os votos contra da CDU. -----

Quanto à matéria abordada pelo Sr. Vereador Aurélio Marques, não se trata de uma competição nem capricho, e sempre o disse, bem como que quando houvesse um estudo que apontasse num determinado sentido, era isso que iria ser feito, na medida em que os técnicos existem para ajudar os eleitos na reflexão. Foi o que foi feito, sendo que o estudo aponta para que não haja necessidade de haver uma faixa BUS, mas aponta para a necessidade de haver duas faixas, sem estacionamento. -----

Obviamente que quando se mete a luta política sobre a racionalidade das coisas normalmente os estudos não valem nada, o que também sabe, mas sabe também que a fluidez de trânsito na Alves Redol deverá seguir aquilo que o estudo aponta. - O entendimento, se calhar, nesta vereação, vai ser maioritariamente outro, mas isso é da vida, tanto mais que continua a referir um aspeto que não é menos importante, e que já referiu ao Sr. Presidente da junta, que é a necessidade urgente, caso seja para implementar o estacionamento ou mantê-lo, que o próprio regulamento de trânsito da freguesia seja alterado, porque o que lá diz é que aquela faixa é prioritariamente para transportes públicos. -----



O Sr. Vereador Aurélio Marques tomou a palavra, mencionando que não se trata de uma questão política. Está muito na moda dizer “política, é política, estão todos feitos, que é política”, e o Sr. Presidente falou no estudo, mas o estudo está feito há muito tempo, veio à reunião ainda no outro mandato, e o Sr. Presidente manteve lá a faixa BUS até há 2 ou 3 dias. O estudo aponta para isso, mas vai-se ver o que vai ser, e não vai ser uma questão política ou não política. -----

A Coligação Novo Rumo e a CDU têm estado de acordo, porque estão em defesa dos comerciantes, e não está a dizer que o Sr. Presidente ou o seu executivo não defendem os comerciantes, não deve é vir dizer que é uma questão política. -----

O Sr. Presidente até já está a prever o que vai ser, e oxalá seja assim como a premonição, mas o estudo já estava feito ao tempo, veio para conhecimento dos vereadores da oposição, passados 2 ou 3 meses, ainda no outro mandato, o Sr. Presidente já sabia, e nunca tirou a faixa BUS. -----

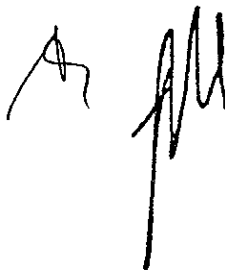
O que fez o Sr. Presidente e o executivo anterior foi, para quem lá estacionava, ter de pagar multa, além de pagar o parquímetro, vendo-se aí o que o executivo defende nessa situação. Não queria dizer o que vai dizer, com a amizade que tem pelo mesmo, mas tem de dizer que foi uma “birra” do Sr. Presidente, e uma luta perdida. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que mal vão as coisas quando alguém interpreta que as tomadas de atitude são “birras”, e então também poderia devolver o que foi dito, e não vai devolver, porque entende que tem de ter respeito e consideração, e o que diz é que as afirmações que são feitas são-no de boa-fé, conscientes, pensadas, e não são “birras”. -----

Assim, para que não se andem a devolver adjetivações que não têm sentido, e pelo respeito que uns devem ter pelos outros, nesta sede não há “birras” nenhuma, há considerações de estratégias de modernização, de desenvolvimento da cidade de Vila Franca de Xira. Há conceitos diferentes, e o futuro logo dirá. -----

Deliberado, por unanimidade, aprovar a ata nº 21/2013, da reunião de câmara de 2013/10/25. -----

Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, aprovar a ata nº 23/2013, da reunião de câmara de 2013/11/13, com a alteração solicitada pelo Sr. Vereador Aurélio Marques, no ponto 23. -----



Assunto: REGIMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL -----

Presente proposta do Sr. Presidente, datada de 2013/11/21, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para aprovação do regimento da câmara municipal. -----

Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, dizendo que as questões dos membros da CDU já são sobejamente conhecidas, foram discutidas em todas as reuniões de câmara deste novo mandato, e vão-se escusar a voltar a referir novamente tudo, transmitindo unicamente que o sentido de voto é contra este regimento, e apresentarão uma declaração de voto a explicar o porquê desse voto contra. -----

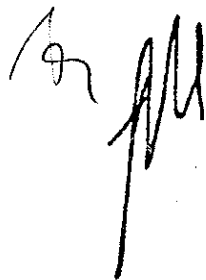
O Sr. Presidente interveio, referindo que se poderiam absorver todas as questões dos Srs. Vereadores, e absorveu-se a maior parte, conforme se verifica no que está escrito a verde na proposta. Estão todos de acordo com a generalidade das questões, mas há uma, de fundo, que é inultrapassável. Compreende isso, e naturalmente que é a situação que os divide. -----

Tomou a palavra a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo têm duas questões sobre o artigo 14º, sobre as atas, concretamente os pontos 1 e 3.-----

Sabem que é uma transcrição praticamente integral do que resulta da lei, que as atas contêm um resumo do que de essencial se tiver passado na reunião, mas o problema é que têm algumas dúvidas se vai resultar. Já se viu hoje, pelo exemplo do ponto 1 da ordem do dia, que não resulta, e se calhar mais valia transcrever e estar lá tudo, do que andarem a surgir estas dúvidas.-----

Também à Coligação Novo Rumo tinha surgido uma dúvida com a ata nº 21, cuja aprovação teve de ser transferida da última reunião para esta, e vai-se acabar por andar a transferir a aprovação das atas, o que não acontecia anteriormente, quando a transcrição era integral. Os vereadores liam, e a não ser que houvesse um lapso, até de escrita, porque era a transcrição, era o que lá estava e nada mais, e situações destas não aconteceriam.-----

Por outro lado, a ata contém um resumo do que de essencial se tiver passado, e causa-lhes alguma estranheza, no sentido de saberem quem vai resumir o que falaram, disseram e deliberaram, e quem vai considerar o que é e foi essencial. Para os membros da sua coligação é essencial uma certa e determinada situação,



Fl. Livro _____

Fl. Ata ' 045

Reunião de 2013/11/27

Procº _____

Deliberação nº _____

para a CDU é outra, para o Partido Socialista outra, e para quem está a fazer a ata é outra.-----

Depois, o ponto 1, conjugado com o ponto 3, também os preocupa, porque todas as reuniões serão gravadas, e o seu registo mantido durante o respetivo mandato. Assim, 4 anos depois é apagado, mas as atas também só continham o resumo, e se surgisse uma dúvida, nunca mais se iria conseguir verificar, ficando-se um pouco no vazio. -----

Estão preocupados com estes pontos 1 e 3, de resto estão de acordo com tudo. ----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que aquilo que consta no ponto 1 é, como a Srª Vereadora disse, e bem, uma transcrição da nova legislação. A Srª Vereadora coloca questões difíceis de responder. Quais são os critérios? Cada pessoa que faz uma ata pode ter critérios diferentes, mas o que se pretende nesta nova legislação é fazer uma ata resumindo o essencial do que se passou na reunião.-----

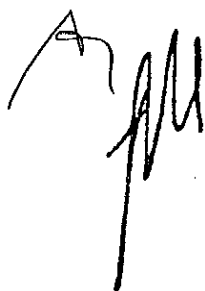
Pode-se voltar ao modelo anterior, mas é preciso ter consciência de uma coisa. O que se pretendia não era evitar que as atas não transcrevessem exatamente o que se passou, nada disso, o que se pretendia era a possibilidade de em todas as reuniões de câmara ter as atas para serem aprovadas. -----

Esta transcrição integral do que se passou faz com que haja dificuldade, em tempo oportuno, de ter as atas sempre presentes na reunião seguinte, a menos que, e vai-se fazer uma experiência, se adquira um equipamento que faça a transcrição quase automática. Vai-se evoluir, vai-se fazer uma experiência em breve sobre essa matéria, e se houver equipamento disponível que auxilie numa transcrição quase imediata daquilo que se passou, não tem problemas absolutamente nenhuns.-----

Interveio o Dr. Fernando Barreiros, referindo que o ponto relativo à gravação, o ponto 3, não consta da própria legislação, é um acrescento e uma indicação que o regimento tem, que o próprio órgão pode aprovar, ou decidir noutro sentido. Se for esse o entendimento, poderá manter as gravações por mais tempo. A legislação, sobre as gravações em concreto, não diz nada.-----

Tomou de novo a palavra o Sr. Presidente, dizendo que pretende saber como é que se fazem as atas. -----

Respondeu o Dr. Fernando Barreiros que é como consta no ponto 1 do artigo 14º



da proposta de regimento, resulta da legislação, e já era assim na anterior legislação. O que havia era um método diferente, que era gravar e passar para a ata a totalidade das reuniões.-----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, mencionando que quando alguma situação decorre da lei, como esta em concreto, nunca se poderá decidir uma situação pior. Não se poderá decidir ou deliberar que não se fazem atas, por exemplo, pode-se é decidir mais, ir além da lei, ou seja, a lei diz que é um resumo, mas pode-se aceitar que não será um resumo, tem que ser toda.-----

Tomou de novo a palavra o Sr. Presidente, referindo que se vai manter o que estava anteriormente, recuperando a redação do atual regimento, no sentido de que a ata tem de referir integralmente o que se passou na reunião. Quanto ao ponto 3, também haverá mais tarde condições destas gravações serem eternas. ----

O entendimento foi que se deveriam contemplar as gravações e tê-las no cofre durante o mandato, pois pode haver uma situação em que seja necessária, por dúvidas, e se se entender que esta redação pode ficar, alterando-se o ponto 1, poderá avançar-se nesse sentido.-----

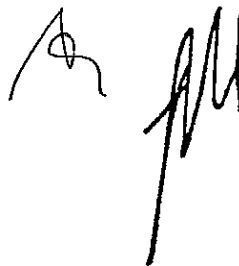
Com esta alteração proposta pela Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, coloca o assunto à votação, sabendo de antemão o sentido de voto da CDU, que fará uma declaração de voto, ficando o regimento aprovado, com os votos contra da CDU. ----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, lendo a declaração de voto dos membros da CDU sobre o regimento da câmara municipal, de acordo com o documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que a declaração passará a fazer parte integral da ata, e sobre a matéria poderiam esgrimir-se argumentos a favor ou contra, mas não vale a pena, na medida em que o horário das reuniões também é assumido por várias câmaras municipais, de todas as forças políticas. Pensa pois que elas não devem estar erradas, certamente.-----

Os Srs. Vereadores expuseram a sua opinião, está exposta, está assumida, é respeitada, tal como outras opiniões que também são igualmente respeitáveis. -----

Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente e da proposta apresentada pela Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, durante o decorrer da reunião de câmara. -----



Assunto: PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO PARITÁRIA DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE VILA FRANCA DE XIRA -----

Presente o processo instruído com deliberação tomada pelo Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento em 2013/11/20, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para aprovação da alteração ao regulamento de funcionamento da comissão paritária dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Vila Franca de Xira, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei. -----

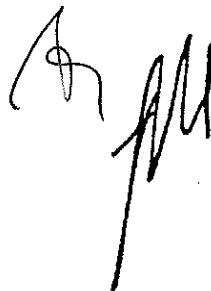
Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo verificaram que esta situação decorre do Orçamento de Estado de 2013, aprovado em dezembro de 2012, quase há um ano, e perguntam por que é que só em 20 de novembro de 2013 é que os SMAS fazem esta proposta de alteração ao regulamento. -----

Respondeu o Sr. Presidente que houve um hiato relativamente à instalação do conselho de administração, sendo que a mesma situação se vai passar mais à frente, quanto à câmara municipal, e pelos mesmos motivos. -----

O Sr. Vereador António Oliveira tomou a palavra, mencionando que esta questão decorre de uma alteração legislativa, e que com o hiato que se verificou, pela tomada de posse e nomeação do conselho de administração, está neste momento em condições de vir à câmara e assembleia municipais a regularização da duração do mandato dos vogais da comissão paritária, passando de 2 para 4 anos, conforme dispõe o artigo 49º. -----

Interveio o Sr. Presidente, colocando o ponto à votação, e concluindo que o mesmo foi aprovado por unanimidade. -----

Deliberado, por unanimidade, aprovar a alteração ao regulamento de funcionamento da comissão paritária dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Vila Franca de Xira. -----



1. Assunto: 8ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DA CÂMARA MUNICIPAL PARA 2013-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 84/13, de 19/11, do DGAFJ/DPFCI, para aprovação da 8ª alteração ao orçamento e plano plurianual de investimentos da câmara municipal para 2013.-----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 84/13, de 19/11, do DGAFJ/DPFCI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, mencionando que os membros da Coligação Novo têm uma questão de pormenor, na medida em que pensam que a obra do rio Grande da Pipa esteja já perto do final, e quem observar e passar por lá vê já certamente o estado em que está, completamente diferente, e em termos de funcionalidade contribui para uma melhoria do escoamento do rio, no sentido de evitar as inundações que ao tempo aconteceram. -----
Perguntam se vai haver uma antecipação do prazo de acabamento da obra, ou qual a razão desta antecipação. Vai haver mais trabalho este ano, e por isso o prazo vai ser antecipado?-----
Respondeu o Sr. Presidente que houve uma situação complicada, por dois motivos. O primeiro era a questão da posse administrativa dos terrenos, e o segundo a cedência de posição entre as duas empresas que faziam parte do grupo, a Obrecol e a Oliveiras. -----
Essa situação foi difícil, porque a Obrecol era maioritária, e está num processo de insolvência, tendo as adjudicações, que eram necessárias, que ser feitas pela

Ah



Oliveiras, que tinha capacidade financeira para o efeito, bem como condições em termos de equipamento. -----

Assim que estas duas questões foram resolvidas é manifesta a evolução que a obra teve, tendo ainda ontem estado no local e verificou isso mesmo, sendo que a necessidade desta alteração é precisamente para se poder avançar com os autos, e fazer o pagamento dos trabalhos que foram realizados.-----

Como já foi dito noutra ocasião, houve uma reprogramação da obra, que tem de estar concluída em finais de 2014, setembro ou outubro, e julga que com este ritmo vai terminar até mais cedo do que esse prazo.-----

Está-se a assistir a um bom ritmo de trabalho, e naturalmente que há necessidade de se elaborarem autos para fazer o pagamento do trabalho efetuado, mas para isso é preciso fazer esta alteração, pois a avaliação que foi feita tecnicamente é que o ritmo de trabalho era muito mais lento, pelas razões que expressou. Como a situação se ultrapassou, então há necessidade desta alteração, e fazer o pagamento dos autos que são necessários fazer. -----

De seguida passou à votação do ponto, tendo concluído que o mesmo foi aprovado por unanimidade.-----

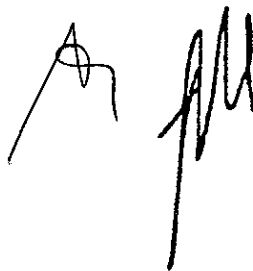
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----

Fl. Livro _____

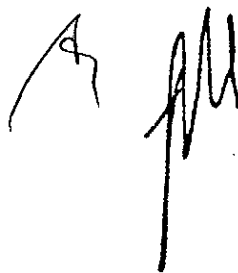
Fl. Ata ' 050

Reunião de 2013/11/27

CAPÍTULO: GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO URBANA



1. Assunto: RELAÇÃO DE ATOS DA COMPETÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADOS E PRATICADOS PELO SR. PRESIDENTE -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 533/13, de 20/11, do DGUPRU/SAPRE, para conhecimento dos atos praticados pelo Sr. Presidente, no período compreendido entre 2013/11/06 e 2013/11/19, respeitantes a licenciamentos de obras particulares “construção/utilização”. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 533/13, de 20/11, do DGUPRU/SAPRE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, mencionando que os membros da Coligação Novo Rumo têm duas observações para apresentar, uma delas sobre o licenciamento de um posto de combustível em Trancoso, para a Mota Engil, que pensam ser deferido para a exploração de uma pedreira que lá se encontra. -----
Como a exploração já existe há anos, perguntam se a empresa já tinha feito há mais tempo este pedido, e se por qualquer motivo não tinha sido autorizado, porque consideram estranho o pedido não ter sido feito no início da exploração. -----
Poderá também querer dizer que vai haver um ritmo de exploração maior de obtenção de inertes, e aí questionam se nesse aumento de exploração está a ser levada em linha de conta a proteção, em termos de ruído, das populações. -----
Depois, há uma situação do Futebol Clube de Alverca, em que foi admitida uma comunicação prévia. Ainda recentemente houve uma preocupação para todos, nomeadamente para a câmara municipal, com o desenvolvimento daquele trabalho, na medida em que o clube procurava um parceiro que pudesse ajudar a financiar a obra, e perguntam se já há algum adiantamento sobre esse parceiro, se já foi encontrado, de modo a permitir aquilo que pensam que já foi a aceitação do



projeto que estava para lá indicado. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que as questões que os membros da CDU tinham para colocar são exatamente as mesmas que colocou o PSD. -----

Em relação à pedreira da Mota Engil, a informação de que dispõem é que, ou tem a atividade suspensa, ou em baixo ritmo de exploração, pelo que também têm essa preocupação, e gostariam de saber o que é que a câmara municipal tem de informação disponível, que permita antecipar aquela que possa ser a retoma da atividade nesta pedreira, com tudo o que isso pode significar para a população de Trancoso e envolvente habitacional mais próxima. -----

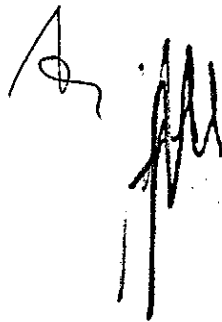
Depois, quanto à comunicação prévia, e usando das prerrogativas das competências urbanísticas da câmara municipal, entendem que, das duas uma, ou se está perante uma intenção de alteração do investimento proposto pelo Futebol Clube de Alverca, ou perante uma situação que mais não visa do que manter como válido o pressuposto que o clube mantém interesse em desenvolver o seu centro de formação desportiva.-----

Gostariam de saber se houve alguma evolução no projeto aprovado por esta câmara municipal, e se se confirma que há entrada de um interesse privado na subsidiação e utilização de terrenos públicos, que poderá, caso se concretize, confirmar uma situação mais ou menos idêntica à que foi aprovada na última sessão da assembleia municipal, para a União Atlético Povoense.-----

Respondeu o Sr. Presidente, quanto à Mota Engil, que solicitará ao Arqtº Nuno Santos para explicar todo o processo. -----

Quanto ao Futebol Clube de Alverca, não tem a ver com o novo complexo que está previsto junto à estrada da estação. Trata-se única e exclusivamente um processo muito antigo de legalização das instalações, e de um processo difícil, que nunca foi concluído. Neste momento esta nova direção assumiu a necessidade de resolver uma série de situações que estavam em aberto, até porque havia necessidade da licença de utilização para o bar que lá funciona, tendo pois esta comunicação prévia a ver com o resolver de todos os problemas do complexo existente, e não do futuro centro de formação.-----

Relativamente ao centro de formação, a situação mantém-se inalterável, não há ainda nenhuma perspectiva de se poder avançar, e o próprio clube não tem



condições financeiras, por si, de evoluir. O que a câmara municipal tem feito e fez num determinado contexto foi autorizar, para se avançar com algumas obras, e essa autorização existe, mas não há mais evolução nenhuma que conheça. ----- Houve algumas ideias, e há, uma vez que o Futebol Clube de Alverca já falou com a câmara municipal, no sentido de fazer algumas alterações ao projeto inicial, colocando-o mais de acordo com as necessidades e aquilo que se pretende, que é um trabalho na área da formação, mas não mais do que isto. Não há pois nenhuma evolução no reinício do processo de construção do centro de formação. ----- O Sr. Vereador Nuno Libório interveio, questionando se a câmara municipal dispõe ou não de informação que o clube tentou encontrar um parceiro privado para a utilização de terrenos públicos para usufruto comercial desse espaço. ----- Respondeu o Sr. Presidente que a única coisa que sabe é duma possibilidade de instalação de painéis solares, e através disso o Futebol Clube de Alverca conseguir meios financeiros que permitiriam o avançar da obra, e inclusivamente seriam colocados nas atuais instalações. ----- Interveio o Arqtº Nuno Santos, esclarecendo, quanto ao posto de abastecimento de combustíveis dentro do perímetro da pedreira da Mota Engil, que os postos têm de ser revistos em termos de normas de segurança para poderem entrar em funcionamento ou estar em funcionamento, daí que houve necessidade de fazer este novo licenciamento, para obrigar o posto de combustível a cumprir com todas as normas legais e regulamentares para a sua atividade. ----- A câmara municipal tem conhecimento que a pedreira está parada neste momento, em termos de atividade, de qualquer forma, para que a empresa pudesse antecipar a sua atividade, e uma vez que aquele posto de abastecimento de combustíveis se destina a servir os próprios transportes dos inertes da pedreira, a Mota Engil articulou este procedimento no sentido de o poder ter todo reabilitado, adaptando-o face às novas exigências que hoje existem, senão teria de retirar toda a estrutura que lá estava.-----

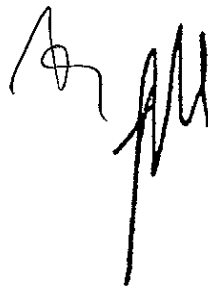
7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----

Fl. Livro _____

Fl. Ata ' 054

Reunião de 2013/11/27

CAPÍTULO: OBRAS, VIATURAS E INFRAESTRUTURAS



1. Assunto: EXECUÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DO 1º CICLO DO SOBRALINHO – DEVOLUÇÃO DO VALOR PAGO PELAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 621/13, de 04/11, do DOVI/SA, para aprovação da devolução do valor de 1 844,14€, com IVA incluído, pago pela FCM – Cofragens e Construções, SA, pelas peças do procedimento relativo à empreitada de execução da escola básica do 1º ciclo do Sobralinho.-----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 621/13, de 04/11, do DOVI/SA, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.-----

1. Assunto: REQUALIFICAÇÃO DO MERCADO DE LEVANTE DA PÓVOA E ESTRUTURAÇÃO URBANÍSTICA DA ENVOLVENTE – PÓVOA DE SANTA IRIA – DEVOLUÇÃO DO VALOR PAGO PELAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 619/13, de 04/11, do DOVI/SA, para aprovação da devolução do valor de 510,08€, com IVA incluído, pago pela AECI – Arquitectura, Construção e Empreendimentos Imobiliários, SA, pelas peças do procedimento relativo à empreitada da requalificação do mercado de levante da Póvoa e estruturação urbanística da envolvente, na Póvoa de Santa Iria. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 619/13, de 04/11, do DOVI/SA, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----

-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.-----



1. Assunto: REMODELAÇÃO DO JARDIM MUNICIPAL CONSTANTINO PALHA E QUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS EXTERIORES DO BAIRRO DOS AVIEIROS – VILA FRANCA DE XIRA – DEVOLUÇÃO DO VALOR PAGO PELAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 623/13, de 05/11, do DOVI/SA, para aprovação da devolução do valor de 702,35€, com IVA incluído, pago pela AECI – Arquitectura, Construção e Empreendimentos Imobiliários, SA, pelas peças do procedimento relativo à empreitada da remodelação do jardim municipal Constantino Palha e qualificação dos espaços exteriores do Bairro dos Avieiros, em Vila Franca de Xira. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 623/13, de 05/11, do DOVI/SA, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo que os membros da CDU sabem da grande requalificação que foi feita no Jardim Municipal Constantino Palha, grande em verba, e não sabem se foi grande coisa ao nível da sua requalificação, mas não vão entrar muito por aí. -----
Já levantaram algumas questões noutros tempos, até na altura, aquando dos sumidouros e da bastante água que havia no jardim a caminho da estação da REFER, e pensa o próprio que até se falou na requalificação do solo, que ia alterar essas situações, julgando pois que ainda vai haver outra requalificação no subsolo. Quanto a uma das questões que levantaram, continuam a ver lá os tubos de borracha, que são mais do que as plantas, mas vão aguardar, pois foi também dito em reunião de câmara, em tempos, que era por causa dos meses e das plantações. Pretendem chamar também à atenção que, junto do coreto, os ladrilhos quadrados



continuam com um aspeto muito mau. Têm lombas, especialmente no meio, o solo não está direito, e não sabem se isso será feito quando for a grande requalificação do subsolo.-----

Há uma outra coisa que parece menor, que tem a ver com aquilo que parece uma frente da bateira e a narsa, que era onde estavam as aves, que não estão devidamente salvaguardadas. É muito bonito, se é que é bonito de se ver, mas a Srª Presidente à data até foi alertada, não só em reunião de câmara, mas por vários fregueses de Vila Franca de Xira, do frio que os passarinhos tiveram, que até morreram ou desapareceram, só lá restando duas galinhas.-----

Espera que isso também seja tido em atenção, pois vem aí o frio e a chuva, e que não acabem por morrer as duas galinhas, não sabendo se não tem que se alterar o processo para cobrir aquilo, que só lá tem umas palmeiras. Se não se tomar alguma atenção as galinhas acabam por desaparecer, e fica-se ali com a narsa e a bateira, que é um monumento, e se calhar vai ser um género de viaduto da Póvoa/Forte da Casa.-----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que se tomou boa conta do que o Sr. Vereador referiu, de qualquer modo, principalmente quanto às questões de drenagem, reconhece que é um trabalho que se tem de efetuar, e passa neste sentido a palavra ao Sr. Vice-Presidente,-----

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, dizendo que se tomou a devida nota dos comentários, à parte dos humorísticos, do Sr. Vereador, estando também presente a responsável pelas zonas verdes e pelo jardim, pelo que houve ocasião de tomar nota desses aspetos. Realça ainda que a intervenção que houve no jardim municipal foi de fundo, e alterou substancialmente a relação das pessoas e da cidade, quer com o jardim, quer com o rio.-----

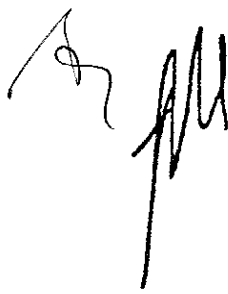
O Sr. Vereador Aurélio Marques é de Vila Franca de Xira e frequenta o jardim, pelo que saberá que aquilo que o próprio diz é exatamente verdade. É claro que há problemas e questões a alterar, e ainda bem que se está atento às mesmas e que todos os dias é preciso intervir num jardim cheio de atividade, mas atrás do humor que o Sr. Vereador colocou não pode ficar escondida uma intervenção que foi bastante importante para a cidade, para o eixo da requalificação da zona ribeirinha.-----



Am

Deliberação nº _____

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.-----



1. Assunto: REQUALIFICAÇÃO DA RUA ALVES REDOL – FASE 3 (TROÇO ENTRE A RUA ALMEIDA GARRETT E A AV. PEDRO VICTOR) – VILA FRANCA DE XIRA – DEVOLUÇÃO DO VALOR PAGO PELAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 618/13, de 04/11, do DOVI/SA, para aprovação da devolução do valor de 502,23€, com IVA incluído, pago pela AECl – Arquitectura, Construção e Empreendimentos Imobiliários, SA, pelas peças do procedimento relativo à empreitada da requalificação da rua Alves Redol – Fase 3 (troço entre a rua Almeida Garrett e a av. Pedro Victor), em Vila Franca de Xira. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 618/13, de 04/11, do DOVI/SA, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----

-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata ' 061

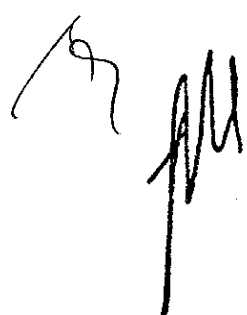
Reunião de 2013/11/27

Procº 11/13 DOVSM-EMP

Deliberação nº 1139

1. Assunto: ECOPARQUE DA PÓVOA – HORTAS URBANAS – PÓVOA DE SANTA IRIA – DEVOLUÇÃO DO VALOR PAGO PELAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 620/13, de 04/11, do DOVI/SA, para aprovação da devolução do valor de 596,40€, com IVA incluído, pago pela AECI – Arquitectura, Construção e Empreendimentos Imobiliários, SA, pelas peças do procedimento relativo à empreitada do Ecoparque da Póvoa – Hortas Urbanas, na Póvoa de Santa Iria. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 620/13, de 04/11, do DOVI/SA, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

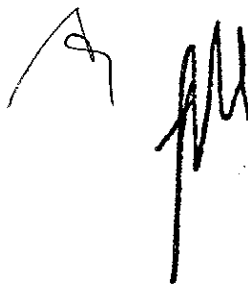
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira. -----



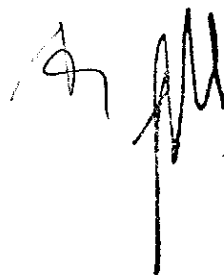
1. Assunto: ECOPARQUE DA PÓVOA – HORTAS URBANAS – PÓVOA DE SANTA IRIA – DEVOLUÇÃO DO VALOR PAGO PELAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 622/13, de 06/11, do DOVI/SA, para aprovação da devolução do valor de 596,40€, com IVA incluído, pago pela Vibeiras, SA, pelas peças do procedimento relativo à empreitada do Ecoparque da Póvoa – Hortas Urbanas, na Póvoa de Santa Iria. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 622/13, de 06/11, do DOVI/SA, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----

-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira. -----



1. Assunto: ECOBAIRRO – REFORÇO DA MOBILIDADE E ELIMINAÇÃO DAS BARREIRAS ARQUITETÓNICAS – PÓVOA DE SANTA IRIA -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1149/13, de 18/11, do DOVI/Empreitadas, para aprovação do orçamento de trabalhos a menos, no valor de (-)1 260,84€, acrescido do IVA, bem como da dedução deste valor ao preço contratual, referentes à empreitada do Ecobairro – Reforço da mobilidade e eliminação das barreiras arquitetónicas, na Póvoa de Santa Iria, adjudicada à AECL – Arquitectura, Construção e Empreendimentos Imobiliários, SA, não assistindo ao empreiteiro o direito de indemnização previsto no nº 1, do artigo 381º, do Código dos Contratos Públicos. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1149/13, de 18/11, do DOVI/Empreitadas, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, referindo que a sua intervenção não se prende diretamente com o ponto, solicitando os membros da CDU, mais uma vez, e pela última vez, que os documentos que venham a reunião de câmara sejam mais explícitos nos motivos que levam às retiradas de trabalhos das obras que estão previstas. -----
Mais uma vez o que leem na documentação é que no decurso da obra verificou-se a existência de quantidades de trabalhos referentes à execução de pinturas, marcação de lugares de estacionamento, realocização de semáforos e outros, que não se revelaram necessários, e pretendem saberem por que é que não se revelam necessários. -----



Se as coisas vierem já transcritas no documento é melhor, à semelhança do que se passa com o ponto 50, de que não vão falar, mas onde estão perfeitamente explícitos os motivos que levam à execução de trabalhos a menos. Assim sendo, nos documentos deste ponto também gostariam de ver isso explanado, e de saber a razão de, em trabalhos que estavam previstos na altura da execução do projeto de obra, se vir a verificar mais tarde que afinal não são necessários. Se não são necessários hoje, também não eram ontem, quando o projeto da obra foi feito. -----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que não pode estar mais de acordo, e esta é uma reflexão que se faz internamente. Já se esteve pior, mas pode-se estar bem melhor. Passaram-lhe pelas mãos centenas de projetos, e nunca viu nenhum que fosse completo, que previsse todas as questões, o que é difícil, pois muitas vezes só na própria obra se avalia, por razões diversas, da necessidade ou alteração de um ou outro aspeto, exatamente para melhorar a intervenção em causa.-----

De qualquer modo, neste caso pede ao Urbº Luís Matas de Sousa e ao Engº José Fernandes que tenham atenção a estas questões, no sentido de serem mais perceptíveis. Para os técnicos o que está é suficiente, para os políticos não é, e os técnicos têm de ter essa perceção, de que quem lê as informações tem que perceber claramente o que está em causa.-----

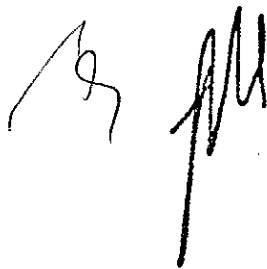
Por isso, o que pede é essa necessidade de melhor esclarecimento das informações, apesar de também dizer que hoje em dia as informações são bem melhores do que eram no passado.-----

Contudo, ainda tem que se ir mais além, na medida em que os políticos, que não são técnicos, precisam de informação complementar para terem a noção exata do que estão a votar, e por que é que estão a discutir. -----

Recomenda pois, de futuro, esta necessidade de se irem melhorando as informações que se fazem, e agradece o registo do Sr. Vereador, que ajuda a aprofundar estas matérias.-----

Terminou, dizendo que presume, com as observações feitas, que o ponto foi aprovado por unanimidade. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.-----



1. Assunto: ECOBAIRRO – REFORÇO DA MOBILIDADE E ELIMINAÇÃO DAS BARREIRAS ARQUITETÓNICAS – PÓVOA DE SANTA IRIA – RECEÇÃO PROVISÓRIA-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1150/13, de 19/11, do DOVI/Empreitadas, para aprovação do auto de vistoria para receção provisória, datado de 2013/11/19, referente à empreitada do Ecobairro – Reforço da mobilidade e eliminação das barreiras arquitetónicas, na Póvoa de Santa Iria, adjudicada à AECl – Arquitectura, Construção e Empreendimentos Imobiliários, SA.

-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1150/13, de 19/11, do DOVI/Empreitadas, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.-----



1. Assunto: CONSTRUÇÃO DO JARDIM DE INFÂNCIA DO BOM SUCESSO – ALVERCA DO RIBATEJO – RECEÇÃO PROVISÓRIA PARCIAL FINAL-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1156/13, de 19/11, do DOVI/DOVI, para aprovação do auto de vistoria para receção provisória parcial final, datado de 2013/11/01, referente à empreitada da construção do jardim de infância do Bom Sucesso, em Alverca do Ribatejo, adjudicada à Joaquim Fernandes Marques & Filho, SA. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1156/13, de 19/11, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata * 067

Reunião de 2013/11/27

Procº 70/12 DOVSM-EMP

Deliberação nº 1144

1. Assunto: REABILITAÇÃO DE PAVIMENTOS NA ESTRADA MUNICIPAL DO APEADEIRO – CASTANHEIRA DO RIBATEJO – RECEÇÃO PROVISÓRIA -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1145/13, de 18/11, do DOVI/DOVI, para aprovação do auto de vistoria para receção provisória, datado de 2013/11/11, referente à empreitada da reabilitação de pavimentos na Estrada Municipal do Apeadeiro, na Castanheira do Ribatejo, adjudicada à Construções Pragosa, SA. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1145/13, de 18/11, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----

-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

A

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

Fl. Ata 068

Reunião de 2013/11/27

Procº 58/12 DOVSM-EMP

Deliberação nº 1145

1. Assunto: REABILITAÇÃO DE PAVIMENTOS NA ESTRADA MUNICIPAL DO PORTO DA AREIA – CASTANHEIRA DO RIBATEJO – RECEÇÃO PROVISÓRIA-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1146/13, de 18/11, do DOVI/DOVI, para aprovação do auto de vistoria para receção provisória, datado de 2013/11/11, referente à empreitada da reabilitação de pavimentos na Estrada Municipal do Porto da Areia, na Castanheira do Ribatejo, adjudicada à Construções Pragosa, SA. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1146/13, de 18/11, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira. -----

Handwritten signature

1. Assunto: EXECUÇÃO DA PASSAGEM SUPERIOR PEDONAL DO FORTE DA CASA – MINUTA DO PROTOCOLO A CELEBRAR COM A REFER, EPE E SUBSCRIÇÃO DE SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL E DE PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1159/13, de 20/11, do DOVI/DOVI, para aprovação da minuta do protocolo a celebrar com a REFER, EPE, para a regulação das implicações que a obra de construção da Passagem Superior Pedonal do Forte da Casa ao PK 19,076 da linha do Norte tem na infraestrutura e circulação ferroviária da linha do Norte, da subscrição de um seguro de responsabilidade civil para o período de construção da referida empreitada, que cubra perdas e prejuízos durante aquele período, causados à REFER ou a terceiros, resultantes de deficiências de construção ou por erros e omissões do projeto, com uma cobertura de 10 000 000,00€, bem como da prestação à REFER, EPE de uma caução de 500 000,00€, que será liberada nos mesmos termos previstos para a liberação da caução prestada pelo empreiteiro ao dono da obra, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos na lei. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1159/13, de 20/11, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, mencionando que os membros da Coligação Novo Rumo questionam-se sobre a caução de 500 000,00€, que tem um encargo mensal estimado de cerca de 500,00€ e 6 000,00€ anuais. Assim, perguntam se não haveria outra maneira de garantir esta situação, como por exemplo o câmara municipal fazer um depósito a prazo desta quantia, sem ser a

h *PM*

prestação da caução, que origina encargos para a câmara municipal. Falam num depósito a prazo, mas poderia haver outra solução. -----

Estão a falar de 500,000€00, que representam cerca de 1% do orçamento da câmara municipal, e é dinheiro, mas em termos de representatividade não tem relevância, contudo, questionam se não haveria outra maneira, a fim de se evitarem os 6 000,00€ anuais de encargos. -----

Respondeu o Sr. Presidente que internamente foram analisadas todas as possibilidades que melhor garantissem os interesses da câmara municipal. -----

Disse ainda que num primeiro momento foi celebrado um protocolo com a REFER, em que se avançou com um seguro de 10 milhões de euros e com uma garantia, e que agora, quando se pensava que estava tudo resolvido, a REFER exigiu um protocolo de execução. -----

Se não fosse o ter a necessidade absoluta de avançar na obra, se calhar pensava-se duas vezes em estar a aceder a uma exigência que parece absurda, porque as garantias já estão todas, e estão-se a repetir, do seu ponto de vista, só que a REFER só permite avançar com a obra nestas condições. -----

Falou-se com toda a gente que era necessária, até o presidente do conselho de administração da REFER, e num determinado momento estava convencido que a exigência do seguro não seria necessária, mas depois de uma resistência muito grande da parte jurídica da REFER não houve outras condições senão as de avançar nesta exigência, que é aquilo que se traz hoje a reunião. -----

Confessa que quando se está a falar de questões de obras públicas e de não haver alguma capacidade de verificar que se está a trabalhar para o bem público, estando-se a exigir a uma câmara municipal o mesmo que se exige a qualquer outra entidade, parece-lhe excessivo, mas não há condições de ultrapassar. A REFER é a REFER, e esta é uma situação que desagradou e desagrada profundamente à câmara municipal. -----

Não há volta a dar, a obra tem que continuar, e sem a celebração deste protocolo não se conseguiria evoluir, o que seria muito mau, tendo em vista o investimento já feito e o que está em causa em termos da candidatura. A necessidade deste protocolo de execução nunca esteve em cima da mesa, mas é assim. -----

A outra questão é técnica, e solicita esclarecimentos ao Dr. Rui Galhardo

relativamente à avaliação que foi feita, e se a solução trazida é a melhor, o que presume. -----

Interveio o Dr. Rui Galhardo, dizendo que a negociação das cláusulas do protocolo entre o município e a REFER foi vista com a parte jurídica do Departamento de Obras, Viaturas e Infraestruturas, e pode dizer, com toda a certeza, que a REFER exigiu garantia bancária ou seguro-caução. -----

O que se traz a reunião é uma estimativa do valor máximo que o município pode pagar, pelo que, havendo deliberação favorável no sentido de se assinar o protocolo de execução, os serviços administrativos da câmara municipal vão executar essa decisão, e o valor máximo foi calculado tendo em conta uma referência relativa a garantias bancárias que o município prestou no passado. -----

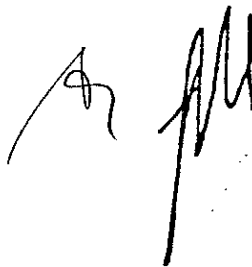
Entendeu-se que se deveria aprovar o máximo e não o mínimo, pois está-se a falar de autorização de despesa, tendo sido feita uma estimativa e um cabimento no valor desses 500,00€ por mês. -----

A questão foi vista também com a Drª Nélida Soares, sendo que quando se for executar o protocolo ver-se-á com a REFER se há a possibilidade de aceitar uma outra forma de prestação de caução, que pode ser depósito junto de uma instituição bancária a favor da REFER, e caso seja aceite o valor a despendar será inferior a este montante. -----

Retomou a palavra o Sr. Presidente, mencionando que como a Srª Vereadora já percebeu está-se perante uma exigência à qual não se pode fugir, tentou-se encontrar uma solução em termos financeiros que fosse a mais adequada, e por aquilo que o Dr. Rui Galhardo falou assim parece. -----

Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, referindo que pretende clarificar uma questão, que não tem nada a ver com o facto de ser funcionário da REFER, em termos profissionais, e de ter curiosamente cedido àquela empresa património, num contrato de cedência por interesse público. Nesta sede é vereador da câmara municipal, e defende os interesses do município. -----

Desta forma, e para que as pessoas percebam o porquê desta duplicação de garantias e verbas pagas por seguro e garantias bancárias, esclarece que não deriva, nem de culpa da REFER, nem da REFER Património, e muito menos do município, deriva de sucessivos governos que aos poucos foram partindo as



empresas públicas "aos bocadinhos". -----

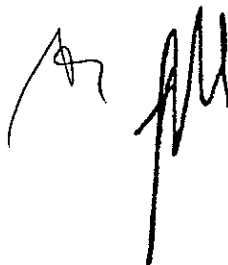
Considera que este é que é o grande problema, e hoje em dia a câmara municipal está a pagar duas cauções e dois seguros porque o dono do terreno é uma empresa que se chama REFER Património, mas o dono da infraestrutura onde a ponte vai passar é outra empresa, que se chama REFER. São duas entidades completamente autónomas, e uma até é EPE, e outra não. Ao serem duas entidades públicas, mas completamente diferentes, obrigam por lei a que tenha de se ter este tipo de entendimentos. -----

Assim sendo a culpa está no "partir" das empresas públicas e no criar de microempresas, que tomam conta de cada coisa, e a CP há de ir pelo mesmo caminho. A REFER já tem o seu grupo, que é muito mais abrangente do que a REFER, tem a REFER Património, a Engineering, a Telecom e tudo o mais, que todos conhecem, o que leva a que depois os municípios, à semelhança das entidades privadas, tenham estes problemas que acabam por surgir, não por culpa direta, mas por culpa de outras políticas macro, centrais, que são indevidamente tomadas.-----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que o Sr. Vereador tem toda a razão, porque foi essa a perceção que se teve no decorrer de todo o processo. A autonomia e as exigências foram feitas exatamente por esse facto. O Sr. Presidente do conselho de administração deu razão à câmara municipal, no entanto está impotente devido à lei, e quem sofre é a câmara municipal, que quer fazer uma obra e tem que cumprir aquilo que exigem, pelas razões mencionadas pelo Sr. Vereador. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----

-----



1. Assunto: JARDINS DO ARROZ – PASSEIO RIBEIRINHO – VILA FRANCA DE XIRA –
LIBERAÇÃO DE 30% DAS GARANTIAS BANCÁRIAS -----
-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1154/13, de
19/11, do DOVI/DOVI, para aprovação da liberação parcial, no valor de 9 470,31€,
mais IVA, de 30 % da caução total da obra dos Jardins do Arroz – Passeio
Ribeirinho, em Vila Franca de Xira, adjudicada à Santos Aparício – Construção Civil,
Obras Públicas, Lda. -----
-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1154/13, de 19/11, do
DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.

-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

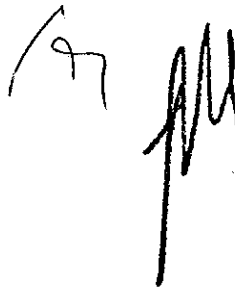
-----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara
para aprovação. -----

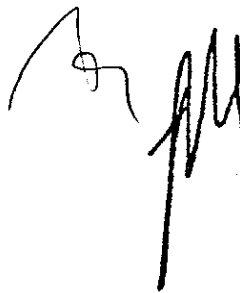
Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que há alguns desajustamentos
que não são da responsabilidade do construtor, como as fissuras da camada do
betão branco, a deterioração pontual da camada do pavimento, a madeira do
banco corrido, a falta de peças, falta de manutenção e vandalismo, bem como a
iluminação em LED no banco corrido. Assim sendo, há várias questões da
responsabilidade da câmara municipal, e pensa que é altura de se fazer a
manutenção e implementar o projeto inicial, como estava. -----

Depois, há mais umas pequenas coisas para completar. No passeio ribeirinho, onde
existia a fábrica do arroz, e agora estão as obras, havia uns candeeiros que
iluminavam a zona, e agora, por causa das obras, não há nada. Está-se no
outono/inverno, e a partir de uma certa hora aquela parte do passeio ribeirinho
está praticamente às escuras. -----

As pessoas continuam a passar por ali, com alguns riscos, pelo que seria
importante arranjar-se uma solução provisória, ou então definitiva, pois não sabe



quando é que lá vão construir alguma coisa, dizendo o próprio que oxalá que não.-- Quanto aos pilaretes, na altura os membros da CDU falaram nas questões de segurança, falando-se até que se tinham de pôr mais pilaretes ou outra solução qualquer, mas não é disso que está agora a falar, e sim que faltam pilaretes lá. Além do espaço entre pilaretes para crianças não ser, na sua modesta opinião, o adequado, há falta de pilaretes, o que ainda torna mais grave a situação. ----- Não quer dizer que vá acontecer alguma coisa, felizmente não aconteceu, mas gostariam de colocar estas questões, da falta de iluminação geral no sítio da fábrica e dos pilaretes. Para além disso há a situação do projeto. É verdade que se fazem projetos de início para serem muito bonitos, como aconteceu com os bancos e os LED, mas depois esquece-se e não se faz. A manutenção pode ser cara, só que se devia ver isso antes, nos projetos. ----- Tomou a palavra a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, mencionando que os membros da Coligação Novo Rumo têm algumas dúvidas. ----- Efetivamente é dito que foi detetada a existência de algumas patologias, que não consistem em defeitos de execução e não são imputáveis ao empreiteiro, mas não têm a certeza de que é assim. ----- Quanto às fissuras, não percebem por que é que não são imputáveis ao empreiteiro, até porque são resultantes das definições do projeto, e se são imputadas à câmara municipal, questionam então quem é que apreciou o projeto, e que defeito é esse que diz que é resultante da definição do projeto. No projeto deveria estar definido de outra maneira? Outro material? Então quem é que apreciou o projeto, e quem é que decidiu que seria neste material? Efetivamente não percebem por que é que é da responsabilidade da câmara municipal. ----- Depois, há mais umas situações, duas resultantes de falta de manutenção, e duas resultantes de vandalismo. Perguntam, quanto à manutenção, e podem estar errados, se não existia uma empresa encarregada da manutenção da situação, paga pela câmara municipal. ----- Só passaram 2 anos, e acham tudo isto muito estranho. Por aquilo que leu a receção provisória foi em setembro de 2011, e consideram que é muito pouco tempo para já existirem estas situações, sendo que, entretanto, quanto mais anos passarem pior. Também gostariam de saber se a câmara municipal apurou os



custos destas situações.-----

Por outro lado, no ponto 2.9 do documento dos serviços há uma situação que transcreve uma parte duma circular do INCI — Instituto da Construção e do Imobiliário, que diz que se impõe uma única vez a realização da vistoria, e que depois, automaticamente, a libertação das garantias é feita periodicamente, no tempo contratado. Por acaso têm algumas dúvidas, sabem que é uma transcrição, mas não gostariam que a câmara municipal colocasse a situação à apreciação do INCI ou alguma entidade competente que decida sobre estas situações. -----

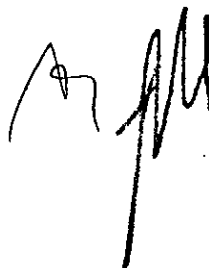
Ao verem o que está escrito leem que a garantia, neste caso, é prestada por 5 anos, e se é só necessário fazer uma primeira vistoria no primeiro ano, depois as cauções são libertadas ao segundo, terceiro, quarto ou quinto ano, automaticamente, mas de forma gradual, obviamente, e não entendem por que é que não é necessário mais vistoria nenhuma, pois esvazia a função da caução. Se a vistoria é feita no primeiro ano, que é quando existem menos defeitos, ou não existem nenhuns, ao final dos 5 anos não é feita mais nenhuma e liberta-se a caução, não entendem esta interpretação do INCI em termos práticos. Sabem que a libertação da caução é automática, mas achavam que estava sempre dependente de vistoria, que a antecedia, de verificação da existência de defeitos. -- Têm estas dúvidas, não sabem se o Sr. Presidente conseguirá esclarecer, e vão pedir para se retirar o ponto, pois têm de ter a certeza absoluta, em primeiro, de quem é a responsabilidade desta situação, e se neste caso das vistorias não é mesmo necessário fazer vistorias ao longo da libertação da caução. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que a legislação, que foi alterada, foi exatamente no sentido de ajudar as empresas, e estas possibilidades, que no passado não eram assim, são, como já foi dito, libertações de cauções graduais. ----

De qualquer modo há dois tipos de questões, um é o das patologias que são apresentadas, e de quem é a responsabilidade, estando a questão das cauções interligada.-----

Depois, há também a manutenção do próprio caminho ribeirinho, sobre a qual falará o Sr. Vice-Presidente.-----

Interveio o Engº José Fernandes, dizendo que a vistoria foi feita, mas não foi elaborado um auto de vistoria. No dia 11 de novembro, conforme consta no ponto



1.6 da comunicação interna, foi feita uma visita à obra, para ver se existia alguma deficiência de execução. Não havia deficiências dessas, havia um conjunto de deficiências que não são da responsabilidade do empreiteiro.-----

Uma dessas deficiências resultou de vandalismo, alguém pegou nas fitas LED e arrancou-as. Outra tem a ver com os bancos de madeira, em que é mais ou menos a mesma situação, bem como o desgaste que está a haver no pavimento, resultante dos "skates". Os "skates" passam no meio das juntas, vão provocando um desgaste no pavimento, que é uma lama asfáltica, uma película fina, para circular tudo bem, mas sujeita aos impactos dos "skates" tem aquele comportamento, e carece de uma manutenção mais cuidada.-----

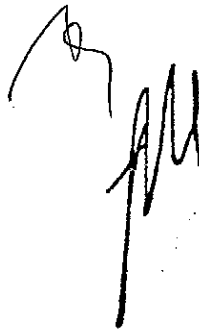
A situação que pode levantar dúvidas é a que resulta das fissurações. A estrutura que lá está é constituída por uma estrutura de betão armado, que está na parte inferior, que é balançada sobre o rio, e essa estrutura contempla um conjunto de juntas de dilatação de espaços a espaços, estando separadas umas das outras. Por cima dessa estrutura foi contemplada uma camada de revestimento com 10 ou 12 centímetros, de betão branco, e a junta deveria ser coincidente com a anterior, mas não foi feito assim. Houve alertas, mas tinha que combinar com a arquitetura do edifício. A questão foi discutida, foi feito assim, houve um risco, e em resultado ela partiu. -----

Agora há duas juntas desfasadas de uma determinada distância entre elas, que trabalham, e em resultado a junta que está em baixo propaga-se para a lâmina de cima, existindo ali uma deterioração, que consiste naquela patologia. A solução é partir a laje de betão sobre as juntas inferiores da parte estrutural e fazer a combinação com a junta inferior.-----

O empreiteiro não tem culpa da situação, que não se pode atribuir a uma deficiência de execução. -----

Outra questão é que a garantia da obra são 10 anos, de acordo com o código, e a libertação da caução é objeto de uma legislação especial, que liberta a caução em 5 anos. O que anteriormente estava previsto a 10 anos agora liberta-se em 5 anos, de acordo com uma nova metodologia, 30%, 30%, 15%, 15%, e 10% no último ano, sendo que o que se está é a levar ao segundo ano a libertação dos 30%. -----

O INCI, que é o instituto que regula a construção, veio clarificar a portaria que



introduz esta metodologia de libertação da caução, e dizer que para fazer isto não é necessário uma vistoria. É feita uma vistoria, e a seguir processa-se de acordo com a clarificação. -----

Se houver uma deficiência de execução, como em qualquer altura da obra, pode-se sempre imputar ao empreiteiro, não há problema, mas, no fundo, é feita uma vistoria aquando da receção provisória e uma aquando da receção definitiva.-----

O Sr. Presidente interveio, mencionando que comunga das preocupações da Srª Vereadora, e pensa que a redação deveria ser no sentido de que, de acordo com a recomendação que é feita, não será necessário mais do que uma vistoria, a menos que existam situações excecionais, que exijam vistorias complementares. -----

O Engº José Fernandes referiu exatamente isto, mas não está na redação da comunicação dos serviços, e considera que se esta matéria der mais conforto à Srª Vereadora, a redação da comunicação deveria ser alterada, no sentido de dizer que são feitas tantas vistorias como aquelas que vão ser eventualmente necessárias até à receção definitiva. Ficar-se "amarrado" a uma vistoria, da forma como está escrito, na sua opinião é excessivo, e a redação deveria ser alterada.-----

Assim daria um pouco mais de conforto, para que nalguma coisa que possa acontecer não se esteja reportado à vistoria feita agora, mas sim à que terá de ser feita naquele momento. -----

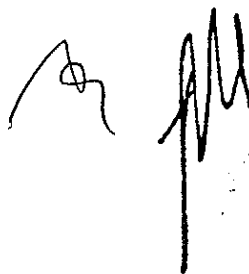
Interveio o Engº José Fernandes, referindo que sim, e é isso que é feito.-----

Respondeu o Sr. Presidente que é assim, mas não está escrito e deveria estar, não só para a situação em concreto, como para as futuras. Conforme está escrito a câmara municipal ficará vinculada a uma vistoria, que é feita agora, o que não lhe parece bem, e deveria ser uma redação no sentido de serem realizadas as vistorias que vierem a ser consideradas necessárias até à receção definitiva.-----

Assim sendo, a Drª Ana Cristina deveria pensar numa redação que fosse matriz para situações semelhantes.-----

De seguida, perguntou à Srª Vereadora se a questão resolve a sua preocupação.----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que sim. Contudo, ao se realizar uma vistoria numa situação como esta só quando é detetado algum defeito ou por uma situação que seja denunciada, parece aos membros da Coligação Novo Rumo escasso, e tem que se fazer uma vistoria mesmo que não tenha sido



detetado algum defeito, pois é a partir dela que se podem detetar alguns defeitos. Anteriormente à vistoria, por variadíssimas razões, pode não haver essa sinalização. -----

Aquilo que consideram é que a caução ficava esvaziada de conteúdo, e mais valia não haver caução nenhuma, porque efetivamente, não se fazendo vistorias, e não se sabendo se existem defeitos ou não, mas vão-se libertando as cauções, não era necessário sequer haver caução. -----

Concordam que a redação seja alterada, mas pedem ao Sr. Presidente que lhes diga, não hoje, mas quando souber, o apuramento dos custos desta situação para a câmara municipal. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo-se a esta alteração de redação, com as questões explicitadas pelo Engº José Fernandes, de algumas patologias que não têm propriamente a ver com a obra, mas com atos de vandalismo, e também com a questão que o engenheiro referiu, bem como à situação de incompatibilidade das juntas e da necessária reparação, porque o projeto tinha um determinado conceito, que na realidade não funcionou, dizendo que ainda é preciso saber de que estimativa de custos se está a falar. -----

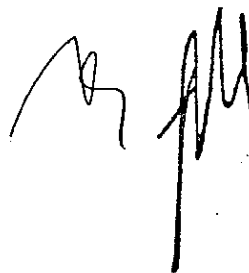
Desta forma, pergunta às duas bancadas, sem prejuízo de depois o Sr. Vice-Presidente falar sobre a questão da manutenção, referida pela Srª Vereadora e afluída pelo Sr. Vereador Aurélio Marques, se há condições de votar o ponto. -----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que sim, e perguntando, quanto à manutenção, se há alguma empresa que a faça. Os membros da Coligação Novo Rumo pensam que sim, mas não têm a certeza. -----

O Sr. Presidente interveio, referindo então que antes de passar à votação dará a palavra ao Sr. Vice-Presidente. -----

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, mencionando, quanto à manutenção, que um dos pontos que é presente a esta reunião tem a ver com a manutenção das zonas verdes na sua totalidade, e uma das partes diz respeito ao caminho ribeirinho, que corresponde a uma parte de um dos lotes da manutenção das zonas verdes. -----

De qualquer forma, a manutenção regular das zonas verdes e espaços públicos, em termos do dia a dia, não contempla a reparação por via de alguns atos de



vandalismo, que ultrapassam a simples manutenção. Já tem referido noutras ocasiões que neste momento tem-se mais do dobro da verba gasta em reparações das zonas verdes por via direta de atos de vandalismo, sendo verdade também que se está com o dobro das zonas verdes que se tinham há 4 anos atrás, porque houve um grande investimento nessa área. -----

No entanto, é verdade que tem havido alguma dose suplementar de vandalismo, sendo que no próprio caminho ribeirinho, no final do mês de agosto, foram roubados todos os programadores que se tinham. São até a pilhas, para não haver uma infraestrutura de interligação que possa ser facilmente danificada, e foi preciso estar a substituir todos esses equipamentos. -----

Efetivamente há pois uma questão que ultrapassa a manutenção, a que se está sempre atento. -----

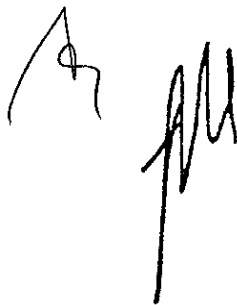
Ainda, e na sequência deste verão anormalmente quente e seco, está-se a promover neste momento à aplicação de um produto, que não será provavelmente Bondex, mas a ideia é essa, no mobiliário urbano de madeira, o que incluiu, e isso já foi feito durante o mês de setembro, a zona destes bancos em concreto, mas está-se também a aplicar noutros jardins públicos, na perspetiva de melhorar as condições desse equipamento, sobretudo de madeira, no caso dos bancos muito em particular. -----

Quanto às outras duas situações, ficaram registadas, para sinalizar, tendo a Arqtª Catarina Conde ficado com esse registo. -----

Interveio o Sr. Presidente, passando à votação do ponto, concluindo que o mesmo foi aprovado por unanimidade. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira. -----

-----

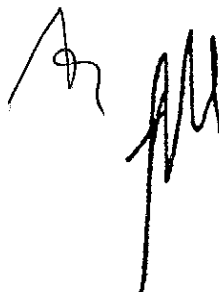


1. Assunto: EXECUÇÃO DA EB1 E JARDIM DE INFÂNCIA (MALVA ROSA) – ALVERCA DO RIBATEJO – LIBERAÇÃO DE GARANTIAS-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1036/13, de 29/10, do DOVI/Empreitadas, para aprovação da liberação, no valor 36 560,65€, de 15 % da caução total da obra da execução da EB1 e jardim de infância (Malva Rosa), em Alverca do Ribatejo, adjudicada à Costa & Carvalho, SA.-----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1036/13, de 29/10, do DOVI/Empreitadas, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que a sua intervenção neste ponto tem a ver com a situação do INCI, que foi falada no ponto anterior da ordem do dia, em que está transcrita na comunicação dos serviços a exigência de uma vistoria. -----
Assim, perguntam os membros da Coligação Novo Rumo se a redação que foi acordada também vai servir para esta situação.-----
Interveio o Sr. Presidente, referindo que o Sr. Vereador António Oliveira tomou boa conta, e a partir de agora vai-se encontrar uma matriz de redação, a analisar com a jurista, para que, na sequência da reflexão que foi feita, as próximas informações venham com essa mesma redação. -----
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.-----

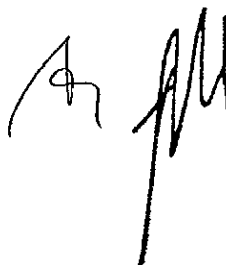


1. Assunto: CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE DE ALHANDRA – REVISÃO DE PREÇOS -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1143/13, de 18/11, do DOVI/DOVI, para aprovação do processo da revisão de preços, no valor de 8 937,91€, acrescido de IVA, referente à empreitada da construção do centro de saúde de Alhandra, adjudicada à Joaquim Fernandes Marques & Filho, SA.-----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1143/13, de 18/11, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.-----



1. Assunto: ESTABILIZAÇÃO E CONTENÇÃO DA ENCOSTA DO MONTE GORDO – QUINTA DE SANTO AMARO – VILA FRANCA DE XIRA – ALTERAÇÃO DA DATA DE CONCLUSÃO-
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1148/13, de 18/11, do DOVI/DOVI, para aprovação da alteração da data da conclusão dos trabalhos da empreitada da estabilização e contenção da encosta do Monte Gordo, Quinta de Santo Amaro, em Vila Franca de Xira, até ao dia 06/12/2013, sem encargos para o dono da obra, de acordo com o plano de trabalhos e cronograma financeiro ajustados em conformidade com o referido prazo, apresentados pela Alves Ribeiro, SA, sem aplicação de multas, e não decorrendo qualquer prorrogação do prazo contratual.-----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1148/13, de 18/11, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo têm duas questões, uma delas tem a ver com o facto de lhes ter chegado a informação, que não sabem se é correta, que teria existido uma reunião da câmara municipal com os moradores do Monte Gordo.-----
Não sabem se é verdade ou não, porque as coisas às vezes dizem-se, mas são um pouco laterais à verdade, mas se for verdade, gostariam, como no anterior mandato, de continuarem a ser chamados para estas reuniões, porque é um assunto que também os preocupa, e gostariam de o continuar a acompanhar ao pormenor.-----
A segunda questão tem a ver com a discoteca, querem saber como está a situação desta discoteca no alto do Monte Gordo.-----



Interveio o Sr. Presidente, referindo que a discoteca já não existe, está demolida e triturada, porque a câmara municipal tomou uma opção de intervenção, que, não sendo a mais barata, era a que oferecia condições de futuro, de não haver problemas de deslizamento naquela encosta. -----

As recomendações iam em dois sentidos: ou se abrangia a intervenção da encosta até à zona da discoteca, ou saía a discoteca e tinha que se fazer uma muralha de contenção imensa que, para além de ser uma obra muito pesada e esteticamente desaconselhável, fez com que a resolução da análise que todos fizeram tenha sido a de abranger uma maior área relativamente à intervenção feita, considerando as recomendações dos geólogos que têm acompanhado o trabalho. -----

Houve necessidade da aquisição da discoteca, que foi demolida, e neste momento os trabalhos estão a decorrer já na sua parte final, sendo que esta intervenção, no fundo, e de uma forma muito simplista, pois em termos técnicos há outras explicações, fez o que eventualmente já se deveria ter feito há muitos anos atrás, retirar todo o entulho que ali foi depositado durante décadas, que eram resultado da extração da pedreira que ali havia. Os materiais que não eram aproveitados iam ali ficando, eram enterrados, bem como outros entulhos que alguém foi ali depositando. -----

Desta forma, a intervenção retirou todo esse material artificial que ali foi posto, indo até à rocha, até ao fixe, o que dá a garantia que o talude está estável, o que afirma com base nos relatórios que têm sido enviados pelo próprio LNEC, que continua a fazer as suas observações. -----

Quanto à reunião solicitada pela administração do condomínio, na próxima reunião terá o cuidado de convidar todos os vereadores a estarem presentes, sendo que a reunião foi feita no sentido de informar o ponto de situação. -----

A câmara municipal entregou à administração do condomínio, ainda no mandato anterior, um projeto de recalçamento das fundações, projeto que foi assumido pela câmara municipal, no sentido dos moradores, através da sua administração, referirem o que pretendiam fazer. Contudo, o tempo foi passando e essa informação não veio, até que foi feito um contacto com a administradora do condomínio, que informou que todas as questões que tivessem a ver com o lote 1 teriam de ser analisadas com o respetivo advogado e a situação assim ficou. -----



Quando se iniciou este mandato, algumas semanas após a tomada de posse, a administração do condomínio solicitou-lhe uma reunião, que aconteceu há cerca de duas semanas, onde essa administração referiu que agora pretendia ter reuniões mais regulares com a câmara municipal, e que a exigência da relação ser diretamente com o advogado cairia. -----

Foi explicado todo o ponto de situação, as questões que têm a ver com o talude e a que tem a ver com a Bolsimo, que o próprio também já explicou, e reforça neste sentido a ideia que brevemente tem de vir uma proposta a reunião de câmara, para a tomada de decisão da demolição, na medida em que a Bolsimo há poucos dias enviou uma nova comunicação, com uma redação que parece desadequada, tendo em vista as reações que os seus representantes sempre tiveram nas reuniões onde alguns dos Srs. Vereadores estiveram presentes, ou seja, a grande disponibilidade e abertura para a resolução da questão. -----

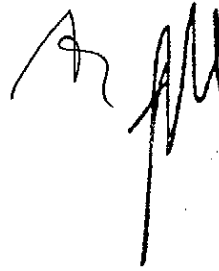
Hoje não é nada disso que se passa, estando-se perante uma situação que pensa que vai ser dirimida noutra sede. A câmara municipal vai ter que tomar uma atitude, porque lhe parece que se está "num beco sem saída", e a demolição do prédio, conforme o LNEC diz, tem de ser efetivada. -----

Quanto ao lote 1, as pessoas fizeram uma série de perguntas, não só do ponto de situação, como também qual era o seu futuro, enquanto moradores, e o que sugeriu foi que há matérias que neste momento a autarquia tem de ponderar. -----

Em primeiro, o recalçamento das fundações custa à volta de 300 000,00€ ou mais, a reparação da estrutura principal do edifício custará à volta de 700 000,00€, o que quer dizer, como alguém disse no passado, que é só fazer contas, e provavelmente terá que se ponderar, dentro do quadro das competências da câmara municipal, mas também naquilo que parece ético e moral, no sentido de encarar alguma solução, que neste momento não sabe qual é, mas que todos terão de refletir. -----

Sobre esta matéria não há um ponto de partida, mas tem que se ter um ponto de chegada, e por isso, provavelmente, e foi o que sugeriu à administradora do condomínio, deverão apresentar sugestões ou propostas à câmara municipal, para as quais, provavelmente, não haverá consenso, mas poderão existir aproximações, tendo sido este o resultado da reunião. -----

Terminou, mencionando que quando houver uma nova reunião convidará todos os



vereadores para estarem presentes.-----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo se congratulam pelo facto do Sr. Presidente começar a ter outra visão sobre este assunto, que os preocupou em demasia no mandato anterior, mas continuam com a mesma posição que tinham anteriormente.-----

Tendo o Sr. Presidente informado que já existem relatórios do LNEC posteriores àqueles que conhecem, solicitam que lhes sejam enviados.-----

Depois, não sabem se foi elaborada alguma ata ou documento dessa reunião com os moradores, mas caso tenha sido, pedem também que lhes seja enviado. -----

Relativamente à discoteca, a câmara municipal adquiriu a discoteca?-----

Interveio o Sr. Presidente dizendo que sim, tal como já tinha sido falado, que era necessária a sua aquisição. -----

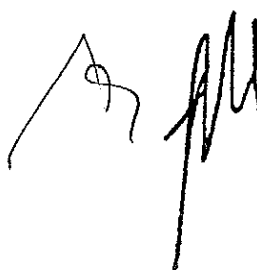
A Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus interveio, solicitando que também lhes sejam enviados os documentos que titulam essa aquisição, contrato ou o que foi feito, e gostaria de ter acesso ao que foi feito posteriormente à deliberação que se tomou.-----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que a anterior presidente evoluiu no processo de acordo com o que foi combinado em reunião de câmara. Não conhece os procedimentos e documentos, mas existem e serão fornecidos.-----

-----
-----

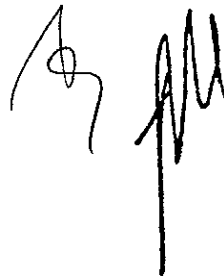
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.-----

-----



1. Assunto: ECOPARQUE – HORTAS URBANAS – PÓVOA DE SANTA IRIA – ALTERAÇÃO DA DATA DE CONCLUSÃO DA OBRA -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1166/13, de 20/11, do DOVI/DOVI, para aprovação da conclusão dos trabalhos da empreitada do Ecoparque – Hortas Urbanas, na Póvoa de Santa Iria, até ao dia 23/12/2013, sem encargos para o dono da obra, de acordo com o plano de trabalhos e cronograma financeiro, ajustados em conformidade com o referido prazo e apresentados pela Construções Pragosa, SA, sem aplicação de multas, tendo em conta que as causas que motivaram o atraso não são imputáveis à Construções Pragosa, SA, bem como que a obra se encontra numa fase adiantada de execução, existindo necessidade da sua conclusão dentro do prazo do financiamento externo da obra (PORLISBOA/QREN), e não resultando qualquer prorrogação do prazo contratual. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1166/13, de 20/11, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira. -----



1. Assunto: REGULARIZAÇÃO FLUVIAL DO RIO GRANDE DA PIPA E CONSTRUÇÃO DE UM NOVO PONTÃO – CASTANHEIRA DO RIBATEJO – DESENVOLVIMENTO DO PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1163/13, de 20/11, do DOVI/DOVI, para aprovação do desenvolvimento do plano de segurança e saúde da empreitada de regularização fluvial do rio Grande da Pipa e construção de um novo pontão, na Castanheira do Ribatejo, adjudicada à Oliveiras – Engenharia e Construção, SA. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1163/13, de 20/11, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 088

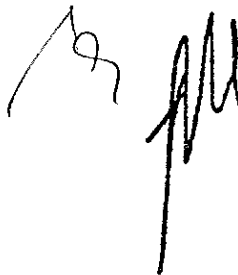
Reunião de 2013/11/27

Procº 10/11 DOVSM-EMP

Deliberação nº 1153

1. Assunto: REGULARIZAÇÃO FLUVIAL DO RIO GRANDE DA PIPA E CONSTRUÇÃO DE UM NOVO PONTÃO – CASTANHEIRA DO RIBATEJO – ALTERAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO NO MÉTODO CONSTRUTIVO DO PONTÃO-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1161/13, de 20/11, do DOVI/DOVI, para aprovação do projeto de alteração do método construtivo do pontão relativo à empreitada de regularização fluvial do rio Grande da Pipa e construção de um novo pontão, na Castanheira do Ribatejo, apresentado pela Oliveiras – Engenharia e Construção, SA, bem como das peças desenhadas, do mapa de quantidades e do respetivo orçamento ajustados a esta alteração, sem que haja alteração do preço contratual, e ficando esta empresa vinculada aos novos documentos, que passam a constituir o contrato da empreitada.-----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1161/13, de 20/11, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.-----



1. Assunto: REGULARIZAÇÃO FLUVIAL DO RIO GRANDE DA PIPA E CONSTRUÇÃO DE UM NOVO PONTÃO – CASTANHEIRA DO RIBATEJO – REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA--
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 652/13, de 20/11, do DOVI/DOVI, para aprovação da reprogramação financeira respeitante à empreitada de regularização fluvial do rio Grande da Pipa e construção de um novo pontão, na Castanheira do Ribatejo, adjudicada à Oliveiras – Engenharia e Construção, SA. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 652/13, de 20/11, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.-----

[Handwritten signature]

1. Assunto: ADESÃO AOS SERVIÇOS DE SMS, MULTIBANCO E AUTENTICAÇÃO DA AGÊNCIA PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA (AMA) -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 108/13, de 20/11, do DOVI/DIT, para aprovação das minutas dos protocolos a celebrar com a Agência para a Modernização Administrativa (AMA), de utilização da Gateway de SMS; de contratação do originador – SMS; de utilização da plataforma de pagamentos multibanco; e de contratualização da entidade – Multibanco, respeitantes à adesão do município à iniciativa “Licenciamento Zero”.-----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 108/13, de 20/11, do DOVI/DIT, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.---
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, dizendo que os membros da CDU estão cientes da mais-valia que estes serviços representam para os munícipes do concelho, e manifestam deste já a concordância absoluta relativamente aos mesmos, apesar de extravasarem aquilo que é a responsabilidade direta da câmara municipal.-----
Questionam, para além daquilo que é referenciado na informação, em que mais é que estes serviços podem ajudar na perceção das próprias responsabilidades do município, e também como está a questão do balcão único, e como é que estes serviços, ou outros que tenham de ser contratados, poderão vir a melhorar a agilização das atuais plataformas informáticas, quer da câmara municipal, quer do SMAS, que na sua ótica, enquanto utilizador, são pouco intuitivas para aquilo que é necessário para a vida diária dos munícipes.-----
Tendo em conta que se vai fazer este investimento nesta plataforma, dos SMS e



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata' 091

Reunião de 2013/11/27

Procº _____

Deliberação nº _____

pagamento Multibanco, muito por causa do licenciamento zero, perguntam para quando os investimentos necessários para se melhorar aquilo que é a responsabilidade direta do município de Vila Franca de Xira na relação que tem de ter com os seus munícipes, nas plataformas eletrónicas atuais.-----

Interveio a Srª Vereadora Marina Tiago, referindo que responderá quanto à mais-valia imediata, e depois solicitará ao Engº Clemente Rocha a abordagem quanto à ligação às plataformas eletrónicas e a outros serviços que possam contribuir para a relação do munícipe com a instituição câmara municipal.-----

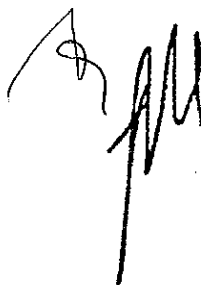
Assim sendo, esta aquisição permitirá rentabilizar e baixar custos ao nível dos SMS enviados para serviços como as piscinas e a educação, quanto à informação dada às pessoas dos custos a liquidar, e julga que será também uma mais-valia em toda a articulação com o processo de licenciamento zero.-----

Interveio o Engº Clemente Rocha, mencionando que há um enquadramento que não ficou eventualmente muito claro na sua comunicação interna. O processo nasce de uma obrigatoriedade, ou seja, no âmbito do licenciamento zero é obrigatória a adesão, mas pode-se beneficiar dela enquanto serviço eletrónico, providenciado pela própria AMA, e com custos que serão inferior àqueles que existem atualmente, que já foram reduzidos até recentemente.-----

No entanto, o objetivo desta plataforma é colocar como um serviço eletrónico, para poder ser usado em todas as plataformas do município, incluindo o balcão único, bem como as que a Srª Vereadora Marina Tiago referiu, o pagamento das refeições escolares e da utilização das piscinas municipais, bem como expandir às outras aplicações, nomeadamente habitação, pequenos pagamentos, de algumas taxas que sejam emitidas, cemitérios, máquinas de diversão, ou seja, todo o tipo de licenciamentos que implique taxas. Assim sendo, o objetivo é expandir, usando uma tecnologia deste tipo. Podendo usufruir desta, com um custo extremamente baixo, é benéfico, porque evita um investimento "à cabeça", e apenas se vai pagando aquilo que se utilizar.-----

Fez uma pequena estimativa, mas que depende do grau de utilização que os munícipes e entidades venham a obter deste serviço, sendo o objetivo potenciar isso mesmo.-----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que a questão do balcão único voltará a ser



abordada noutra ocasião, porque há decisões de fundo que têm de ser tomadas. Não vale a pena neste momento estar a avançar-se para uma decisão quando, um pouco mais à frente, se terá de tomar outra, pelo que será mais prudente aguardar mais um pouco e conversar-se mais tarde, para se perceber como irá evoluir, no contexto daquilo que é uma necessidade que se reconhece, da concentração de serviços. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----

Fl. Livro _____

Fl. Ata _____ 093

Reunião de 2013/11/27

CAPÍTULO: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO



Reunião de 2013/11/27

Deliberação nº _____

Pelas 12h30, após a discussão e votação do ponto 26 da ordem do dia, o Sr. Presidente deu a palavra ao público presente, prosseguindo posteriormente com a análise e discussão dos restantes pontos da ordem do dia.-----



Reunião de 2013/11/27

Deliberação nº _____



Deliberação nº

Numa reunião de câmara, no Forte da Casa, questionou novamente sobre a situação, e foi dito que estava em fase de conclusão a passagem da AUGI a loteamento. Consumado o loteamento, como não foi dada resposta nesse documento, e não vê qualquer intervenção por parte da câmara municipal, pergunta ao executivo se vai olhar para o Casal do Freixo e intervencionar, nem que seja aos poucos, tudo o que se lá passa, e que já foi reportado anteriormente. - Interveio o Sr. Presidente, dizendo, sobre o documento que o município enviou, que o irá procurar, bem como responder naquilo que for possível, e passar à ação. -----



Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----
QUESTÕES DIVERSAS SOBRE ARRUAMENTOS - VIALONGA -----

Interveio o munícipe, Sr. Augusto Martins, referindo-se ao largo de Alpriate, em Vialonga, e à rua Judite Sales, aos nºs 2 e 4, que eram casas velhas que entretanto foram alugadas, tendo sido feitos uns quintais à frente, mas que não sabe se em termos legais pertencem às habitações lá existentes. -----

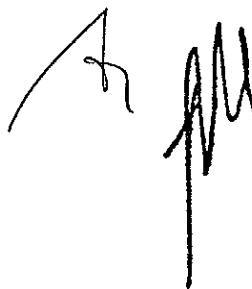
Gosta de ver o presente e pensar num futuro, e considera que um dos problemas de Alpriate é esta rua ser estreita, pelo que, uma vez que há uma casa no largo que está devoluta, pergunta, em termos futuros, no caso de os quintais não pertencerem às habitações, se há possibilidade do alargamento da rua, devido à intensidade do tráfego que passa pelo Casal do Freixo e Alpriate. -----

Outra questão, pela intensidade do tráfego dentro dessas localidades, é a degradação do acesso à estrada de Alpriate, que vem do cruzamento da variante. O piso está abatido, as tampas dos SMAS não estão seguras, está cheia de buracos e tem problemas de circulação, pelo que pergunta se irá ser feita alguma intervenção nessa rua, bem como nas ruas das próprias localidades do Casal do Freixo e de Alpriate. -----

Em relação à variante de Vialonga, é sabida a intensidade de tráfego, e deveria saber-se também o número de acidentes diários que acontecem. Foi feita, por parte da câmara municipal, uma primeira rotunda, mas questiona-se, enquanto cidadão, por que razão, no entroncamento que teria a sinalização adequada e as melhores condições de segurança rodoviária. No entanto, foi a opção tomada pelo executivo, de executar a primeira rotunda. -----

Pergunta, neste sentido, se vão ser feitas as outras rotundas na variante, principalmente tendo em conta, não o que foi praticado no passado, mas o que devia ser exigido, no cruzamento que apresenta menores condições de sinalização, e que causa problemas de segurança rodoviária. Assim sendo, questiona se é por aí que vão avançar as rotundas que são necessárias, ao invés do que foi decidido. --

No que respeita à estrada da Alfarrobeira, era um assunto que pretendia colocar a este executivo, mas não teve oportunidade de vir a outras reuniões, e entretanto houve uma intervenção na estrada. No trajeto há quase 3 faixas de rodagem, mas fica agora uma inutilizada, pelo menos desde o gradeamento da Central de



Cervejas, e foi criada uma suposta paragem de autocarro, onde com certeza nenhum autocarro conseguirá parar dentro daqueles limites.-----

Considera que até pode estar melhor, mas poderia ter sido feito de outra forma, e com certeza que o autocarro poderia não estorvar a livre circulação dos outros veículos, que é o que vai acontecer se efetivamente lá parar, pois haverá trânsito intenso, já que basta uma pequena paragem para fazer filas enormes. O autocarro, ao parar em plena via, que devia ser circulante, vai condicionar todos os veículos a pararem, pelo menos na parte que vai de Vialonga para Alverca. Há um espaço que devia ser para o autocarro, mas com certeza não vai ser possível o autocarro lá passar, e poderia, uma vez que ficou lá a outra faixa, que é quase uma terceira faixa, ser a terceira faixa para entrarem os veículos que saem da Central de Cervejas, existindo assim espaço adequado para a paragem do autocarro.-----

Outra situação é toda a estrada da Alfarrobeira, a seguir aos armazéns que a câmara municipal optou por licenciar, em que não foi previsto estacionamento, pelo que se estaciona onde houver espaço. A indicação sinalética deixou de existir, e os camiões entram a saem para todos os sentidos. -----

Interrompeu o Sr. Presidente, chamando à atenção do munícipe para a necessidade de sintetizar a sua intervenção, e dizendo que poderá vir a reunião mais vezes, para colocar as suas questões, sem ser de uma só vez. -----

Respondeu o munícipe que a sua questão é que não há tempo para o debate e esclarecimento de ideias, e tem pena que só o possa fazer neste âmbito. Gostaria de fazer uma síntese, mas é difícil, pois gostaria de falar no contexto, e às vezes há pormenores de outros assuntos que são importantes. -----

O Sr. Presidente interveio, dizendo que há matérias que a breve trecho se podem ir resolvendo, como a questão das rotundas. -----

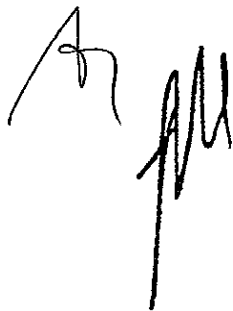
O trabalho autárquico vai-se fazendo, não se faz todo de uma vez, e vão-se priorizando as necessidades de cada um dos territórios. Naturalmente que o munícipe reivindica o que lhe parece melhor para o local onde reside, mas o território é vasto, e há necessidades várias, o que não quer dizer que a questão do largo de Alprate, bem como a do acesso, não sejam necessidades, e não se tenha de evoluir o mais depressa possível. -----

Quanto à outra rotunda que estava prevista, está adjudicada e vai começar em



Reunião de 2013/11/27

Deliberação nº



Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----
EDIFÍCIO DA QUINTA DA FLAMENGA - VIALONGA -----

Interveio o munícipe, Sr. Augusto Martins, referindo-se ao edifício da Quinta da Flamengo, do parque urbano da Flamengo, em Vialonga, que nunca mais é concluído e que gostaria que viesse a ser concluído. -----

Gostaria que o campo visual que vem desde a variante, e que dá acesso ao tal edifício da quinta, não fosse interrompido por mais betão, apesar de pensar que com certeza deverão ser feitos mais equipamentos em Vialonga, que até já deveriam estar feitos, que não aconteceram, são reivindicados, e se calhar são justos, mas o local não deveria ser ali, e o campo de visão não deveria ser preenchido por mais betão. -----

Quanto ao edifício, esteve a saque, bem como a capela e tudo o que lá existe, e não está tapado, sendo que pelos vistos noutros edifícios é vedado o acesso e mantida a fachada. Assim, considera ser triste continuar com aquela imagem, depois dos investimentos públicos e da própria câmara municipal, o que não ajuda a ter uma freguesia e município com uma imagem melhor. -----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que esta é uma matéria já bastante antiga, cuja responsabilidade tem outras entidades, que o deveriam ter feito, mas não fizeram. Numa exposição muito interessante sobre o património de Vialonga, que é rico, onde esteve presente, solicitou ao diretor responsável pela área da cultura que avançasse com um procedimento que salvasse o resto dos azulejos que ainda lá estão, porque se se estiver à espera da autorização do IGESPAR, tudo será delapidado e não haverá no futuro nada que mostre o que era aquele património. Julga que esse trabalho está a ser feito, irá perguntar, o Sr. Vice-Presidente também já tomou boa nota e vai-se analisar. -----

Quanto aos equipamentos, Vialonga, como o resto do concelho, teve vários ciclos de intervenção. As necessidades primárias, de infraestruturação, bem como a construção de equipamentos coletivos. Vialonga era das freguesias com mais necessidades de equipamentos coletivos, que felizmente hoje existem, e não existiam, mas ainda faltam alguns. -----

Quando o munícipe refere “mais betão, não”, entende que “mais betão, sim”, naquilo que se justificar, e “mais betão, não”, naquilo que não se justifica. Por isso,



Reunião de 2013/11/27

Deliberação nº _____

há equipamentos previstos em determinados locais, como um lar de idosos para a ABEIV, ou um quartel de bombeiros, em todo aquele eixo, estando prevista também, através dos estudos feitos e projetos existentes, uma harmonia com o existente, para que as coisas funcionem e não sejam agressivas, como o munícipe referiu e bem.-----

CAPÍTULO: APOIO AO MUNÍCIPE E ATIVIDADES ECONÓMICAS



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 103

Reunião de 2013/11/27

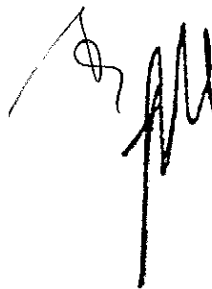
Procº _____

Deliberação nº 1156

1. Assunto: RELAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELA SRª VEREADORA MARINA TIAGO NO USO DA DELEGAÇÃO E SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO SR. PRESIDENTE -----
-----
2. Resumo: Presente para conhecimento a relação dos atos praticados pela Srª Vereadora Marina Tiago, no período compreendido entre 2013/11/04 e 2013/11/15, referentes à emissão de horários de funcionamento e de licenças de utilização específicas. -----

-----
3. Informações/pareceres: -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: -----

-----
7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----



1. Assunto: MERCADO RETALHISTA DE ALHANDRA – ALTERAÇÃO DE TITULARIDADE DO LUGAR Nº 21 – MARIA FRANCISCA MOITA REBOLA SARDINHA-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 253/13, de 13/11, do GMAE, para aprovação da alteração de titularidade do lugar nº 21 do mercado retalhista de Alhandra, em nome de Maria Francisca Moita Rebola Sardinha, para o nome de seu marido, Manuel Martins Sardinha, por motivos de saúde. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 253/13, de 13/11, do GMAE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----

-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----

CAPÍTULO: GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata` 106

Reunião de 2013/11/27

Procº _____

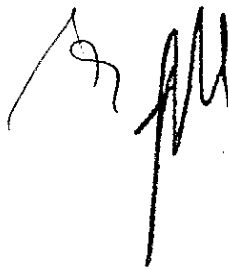
Deliberação nº 1158

1. Assunto: RELAÇÃO DOS DESPACHOS DO SR. PRESIDENTE NA ÁREA DE PESSOAL -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 645/13, de 21/11, do DGAFJ/DRH, para conhecimento dos despachos do Sr. Presidente na área de pessoal, no período compreendido entre 2013/11/14 e 2013/11/19.-----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 645/13, de 21/11, do DGAFJ/DRH, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: Alínea a), do nº 2, do artigo 35º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----
-----
6. Propostas: -----

-----
7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----



Deliberação nº 1159



1. Assunto: PAGAMENTOS AUTORIZADOS-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação da Divisão Financeira, Patrimonial e de Controlo Orçamental, para conhecimento dos pagamentos autorizados pelo Sr. Presidente e pelo Sr. Vereador António Félix, no período compreendido entre 2013/11/07 e 2013/11/21, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----
-----
3. Informações/pareceres:-----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: Alínea g), do nº 1, do artigo 35º, da Lei nº 75/13, de 12 de setembro.-----
-----
6. Propostas: -----

-----
7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata * 109

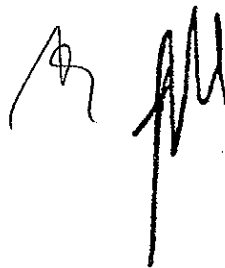
Reunião de 2013/11/27

Procº _____

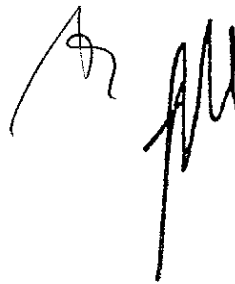
Deliberação nº 1101

1. Assunto: BALANCETES -----
-----
2. Resumo: Apresentados os balancetes os quais acusam o seguinte saldo em dinheiro: -----
Câmara Municipal:-----
Dotações Orçamentais-----21 481 694,89€
Dotações não Orçamentais----- 2 267 383,01€
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento:-----
Dotações Orçamentais----- 3 926 232,09€
Dotações não Orçamentais----- 506 291,37€
-----
3. Informações/pareceres:-----
-----
4. Dotação orçamental: Plano -----Orçam.-----
-----
5. Disposições legais aplicáveis:-----
-----
6. Propostas: -----

-----
7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----

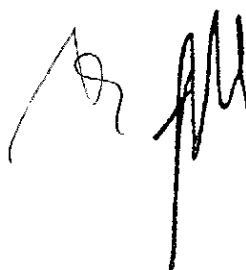


1. Assunto: ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO Nº 6/2010 – REGULAMENTO DO FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO PARITÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 772/13, de 06/11, do DGAFJ/DRH, para aprovação da alteração ao regulamento nº 6/2010 – Regulamento de Funcionamento da Comissão Paritária da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei.-----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 772/13, de 06/11, do DGAFJ/DRH, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis:-----
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação, dando a palavra à Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, e mencionando que a sua questão certamente é a mesma que foi colocada para os SMAS. -----
Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que é exatamente a mesma questão que foi colocada no ponto 3 da ordem do dia. -----
O Sr. Presidente interveio, referindo que as questões são as mesmas, na altura respondeu-se, e a resposta é a mesma.-----
Neste sentido, o ponto é aprovado por unanimidade. -----
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



1. Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E MANUTENÇÃO DAS ZONAS VERDES DO CONCELHO – RECLAMAÇÃO À MINUTA DO CONTRATO-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 456/13, de 14/11, do DGAFJ/DFPCO/SC, para aprovação da não aceitação da alteração da minuta do contrato, respeitante à contratação de serviços de limpeza e manutenção de zonas verdes do concelho, rejeitando-se a reclamação apresentada pela Recolte. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 456/13, de 14/11, do DGAFJ/DFPCO/SC, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, informando que a CDU se irá abster. -----
Tomou a palavra o Sr. Presidente, mencionando que com a abstenção da CDU o ponto é aprovado. -----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com a abstenção dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



1. Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E MANUTENÇÃO DAS ZONAS VERDES DO CONCELHO – ADITAMENTO À GARANTIA BANCÁRIA -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 466/13, de 20/11, do DGAFJ/DFPCO/SC, para conhecimento do aditamento à garantia bancária apresentada pela EB Jardins, Lda, respeitante à contratação de serviços de limpeza e manutenção de zonas verdes do concelho. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 466/13, de 20/11, do DGAFJ/DFPCO/SC, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para conhecimento. -----

-----
7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----



1. Assunto: ESTABILIZAÇÃO DO TALUDE DA ENCOSTA E RESTABELECIMENTO DO TROÇO ACIDENTADO DA ESTRADA DE SÃO MARCOS – CALHANDRIZ – SUBSTITUIÇÃO DE VALORES RETIDOS POR GARANTIA BANCÁRIA DE VALOR SUPERIOR -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 321/13, de 06/11, do DGAFJ/DPFCO, para aprovação da substituição de valores retidos, bem como de não retenção nos pagamentos de faturas, por conta de garantia bancária de valor superior, referente à empreitada de estabilização do talude da encosta e restabelecimento do troço acidentado da Estrada de São Marcos, na Calhandriz.-----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 321/13, de 06/11, do DGAFJ/DPFCO, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. -----

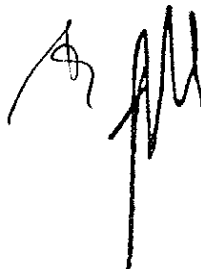
Handwritten signature

Assunto: CASA MUSEU MÁRIO COELHO – REVOGAÇÃO DO PROTOCOLO E CONTRATO DE ARRENDAMENTO DE PRÉDIO URBANO SITO NA TRAVESSA DO ALECRIM, Nº 5 – VILA FRANCA DE XIRA-----

Presente o processo instruído com proposta do Sr. Presidente, datada de 2013/11/19, para aprovação da revogação do protocolo celebrado com o Sr. Mário Coelho Luís, relativo à “Casa Museu Mário Coelho”, bem como da celebração de um contrato de arrendamento do prédio urbano sito na rua do Alecrim, nº 5, em Vila Franca de Xira, com o valor mensal de 350,00€ e início em janeiro de 2014, mantendo-se em vigor até à decisão de criação definitiva do Museu da Tauromaquia, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei. -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo, em relação ao protocolo da Casa Museu, que o proprietário disse na carta que foi assinado em 23/10/2000, julgando o próprio que depois se iniciou em julho de 2002, e que o valor era de 150,00€ mensais, portanto 1 800,00€ por ano, para pagar as despesas de luz, água, limpeza e segurança. No ano passado, em janeiro de 2012, o protocolo foi revisto e passou a 2 200,00€ por ano, sendo pago por semestre. -----

Agora o proprietário escreveu uma carta à câmara municipal, propondo um contrato de arrendamento a 10/12 dias antes das eleições, que foram a 29 de setembro. A Srª Presidente, à data, neste sentido, fez um despacho, que dizia: “falei e propus que a renda fosse de 350,00€, consideraram baixa, justifiquei com o facto das despesas passarem para a câmara municipal. Aguardo reposta. 17/09/2013.” Depois, no dia seguinte fez um despacho para o Dr. Fernando Barreiros, para proceder à elaboração de um contrato de arrendamento pelo valor mensal de 350,00€, a partir de janeiro de 2014. Eram 2 200,00€, passa a ser um valor anual de 4 200,00€, praticamente o dobro, e a câmara municipal vai passar a ter a despesa dos 2 200,00€, ou o que for, que é a responsabilidade da luz, água, limpeza e segurança, o que na prática até resulta naquilo que a câmara municipal dava. Com o que vai pagar de renda e aquilo que vai ter de fazer, são 6 400,00€. --- Para além disso, falta o documento do contrato de arrendamento. ----- Prosseguiu, referindo que os membros da CDU consideram isto exagerado, mas certamente virá a explicação, sendo que o que diz também é que esta renda será



até à construção ou inauguração do museu tauromáquico.-----

Se a memória não lhe falha, no orçamento anterior está uma verba de 5 000,00€, que é só para justificar, e parece que para o museu tauromáquico havia um orçamento de 25 000,00€, e o que lá está são 5 000,00€, mas há essa promessa. Pensa também que se nunca se construir o museu tauromáquico vai-se manter esta renda ou outra, embora a anterior presidente diga que esta renda é baixa.-----

Há também outras questões do acordo da Casa Museu que não sabe bem, mas pode ser deficiência sua, sobre o que lá tem realmente, o que representa e o porquê do fim, antes das eleições, considerando que só a anterior presidente saberá responder o porquê de aparecer naquela altura, tratado pela própria, como algumas outras coisas, cartas a justificar a algumas instituições o não se terem feito as coisas.-----

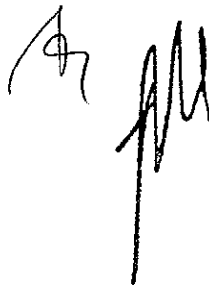
São situações que não quer dizer que estejam nubladas, mas gostaria de as compreender, por que é que a câmara municipal deixa de dar um subsídio para apoiar tudo isto, e agora vai pagar uma renda, e ainda vai ter essas despesas. Não diz que seja estranho ou que há algo que não seja transparente, nem está em causa o proprietário da Casa Museu, com quem tem uma relação de simpatia, mas gostaria de ver a questão explicada detalhadamente.-----

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo têm algumas questões para colocar, independentemente dos valores, pois não querem fazer nenhuma observação sobre os valores.-----

Pretendem adiantar que Vila Franca de Xira, felizmente, tem mais figuras, que não só Mário Coelho, e há que tratá-las igualmente, porque são figuras igualmente de relevo, como foi Mário Coelho, daí que era importante pensar no tal museu de tauromaquia, que reunisse todo o espólio de todos os outros intervenientes, que foram figuras importantes do concelho de Vila Franca de Xira.-----

Sabem que há um projeto e fala-se de um museu de tauromaquia desde longa data, mas perguntam até que ponto pode ser exequível, dentro de um curto prazo, porque está-se a fazer um contrato, e a colocar um tempo até haver uma decisão sobre o museu de tauromaquia, portanto uma data imprecisa, e não se pode fazer um contrato sem uma precisão temporal.-----

Falta na documentação o contrato de arrendamento, e gostariam que se fosse



mais concreto no tempo do possível contrato, para se poder enquadrar todo o espólio neste museu, e não só na Casa Mário Coelho. -----

Entendem também que em paralelo com o contrato de arrendamento era importante voltar a ter um novo protocolo sobre o que o Sr. Mário Coelho pensa fazer. Se pensa entregar todo o seu espólio ao futuro museu de tauromaquia, ou se, fazendo agora o contrato de arrendamento, não se vai colocar a situação de, em qualquer altura, o poder levar, o que está no seu direito, porque é dele, e não respeitar aquilo com que em certa medida já se comprometeu. -----

Por isso, são da opinião que a câmara municipal deveria retirar este ponto, para analisar melhor e com mais rigor, para se fazer um juízo sobre o mesmo.-----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, mencionando, na sequência do que foi dito pelo Sr. Vereador Vítor Silva, que os membros da Coligação Novo Rumo também têm as seguintes dúvidas: -----

Quem é que fica responsável pela manutenção? Na prática o que existia anteriormente era um protocolo em que a câmara municipal se responsabilizava pela manutenção, agora passa a ser arrendatária de um imóvel, e eventualmente terá ou não essa manutenção acrescida? -----

Quais as garantias de que o espólio fica naquele local? O arrendamento é do imóvel, não se refere nada quanto ao espólio, e eventualmente estaria na minuta do contrato de arrendamento. -----

Por outro lado, é preciso ponderar o facto de anteriormente a câmara municipal ter um protocolo em que fazia a manutenção de um espaço que era privado. A partir do momento que arrenda aquele espaço e continua com a instalação da Casa Museu Mário Coelho, mas passa a ser arrendado pela câmara municipal, passará a um local público, e há que analisar se do ponto de vista da legislação reúne condições, que os membros da Coligação Novo Rumo não tiveram tempo sequer de analisar. Sabem das exigências para os edifícios públicos, pois passa a ter uma porta aberta, que é pública.-----

Uma coisa é a Casa Mário Coelho estar sob a administração de Mário Coelho, é privada, apesar de abrir a porta com a autorização da câmara municipal, mas a partir do momento em que a câmara municipal abre as portas da Casa Mário Coelho, como câmara municipal, eventualmente existirão outras exigências que



não sabem se o local cumpre, ou se mais tarde a autarquia pode ter alguns problemas.-----

Gostariam de ver estas questões ponderadas, e que o ponto fosse retirado para serem melhor pensadas e refletidas, porque não estão em condições de votar.-----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, perguntando se se sabe o número mensal ou anual de visitantes desta Casa Museu, pois se houver esses dados é importante que sejam apresentados.-----

O Sr. Presidente interveio, dizendo que foram colocadas questões muito pertinentes, que exigem desde já uma tomada de posição, e põe à consideração a retirada do ponto.-----

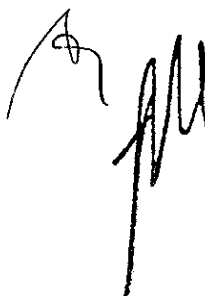
Aprofundando um pouco a matéria, entende que há um sentimento transversal de todos, de se encontrarem todas as condições para a tauromaquia em Vila Franca de Xira ser potenciada, conhecida e reconhecida, sendo que a Casa Museu Mário Coelho tem feito a promoção da tauromaquia, desde 2000 ou 2001, com vários colóquios e debates muito interessantes, com personalidades de diversas áreas, mas com um grande apego à festa brava.-----

Fizeram-se colóquios de altíssima qualidade, nem sempre com conclusões consensuais sobre as matérias, mas muito ricos, como uma intervenção do Sr. Padre Melícias, um grande aficionado, que conseguiu exprimir a defesa da festa brava de uma forma elegante, inteligente, e mesmo aqueles que não são aficionados conseguiram ficar muito agradados com a intervenção.-----

Desta forma, aquela casa tem permitido este tipo de troca de impressões e reflexão do futuro da festa em Vila Franca de Xira e no país.-----

A câmara municipal tem uma intenção clara, de se ter a breve trecho o museu de tauromaquia, e para isso o ano de 2014 será o momento em que os serviços têm de olhar para uma solução. Não lhe parece que seja de raiz, mas encontrar um espaço que possa perfeitamente ter a dignidade necessária para o efeito, e julga que neste mandato é mesmo possível que o museu possa acontecer.-----

A questão fundamental, a do término do arrendamento, estava resolvida. Depois, quanto ao valor, tal como foi dito por uma das bancadas, não é propriamente a questão fundamental. A outra bancada não foi tanto assim, quer justificações sobre os valores, e o que pode dizer é que este protocolo é antigo, e o proprietário



solicitou uma reavaliação, que passaria por um arrendamento, conforme a carta que está junto à proposta apresentada hoje.-----

Na altura a Srª Presidente teve conversações com o Maestro Mário Coelho, que resultaram neste valor de 350,00€ por mês, e sobre isso não se vai pronunciar, na medida em que entende que se deve é falar na necessidade daquela Casa Museu continuar a estar aberta ao público, em moldes que poderão ser repensados, pois não se pode perder a Casa Museu Mário Coelho. -----

Diz o Sr. Vereador, e com razão, que há outras figuras que deveriam ter também uma atenção semelhante, porém, foi o Maestro Mário Coelho que deu o “pontapé de saída” e disponibilizou o seu espólio, para ser visto por quem queira ir à Casa Museu Mário Coelho. -----

O museu da tauromaquia pode vir a resolver e dar o realce a todas as figuras importantes que se tiveram em Vila Franca de Xira, e isso resolver-se-á dessa forma, sendo que o que se está a analisar é a continuidade da Casa Museu Mário Coelho. -----

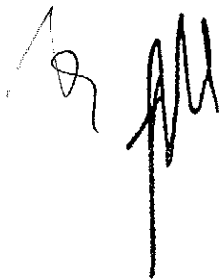
No entanto, valerá a pena ponderar alguns aspetos que foram referidos, e trazer uma nova proposta, mas antes disso, porque se está a falar de uma coisa que deverá ter algum recato na apreciação, deverão ser recolhidas as informações que foram pedidas, e encontrar uma outra proposta melhor fundamentada, com outra forma da Casa Museu Mário Coelho funcionar. -----

Terminou, dando resposta a uma pergunta colocada pelo Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que no ano 2012 a Casa Museu Mário Coelho teve 1544 visitantes. Não é despreciable, e tomaram muitos museus ter esta frequência.-----

Deste modo, retira-se o ponto, vai-se ponderar melhor, o próprio vai transmitir ao Maestro Mário Coelho a necessidade de uma reflexão mais profunda do processo, sendo que a proposta decorria do mandato anterior, e naturalmente há situações e questões que não se abandonam, transitam. Este era um processo que transitou, mas veio-se a verificar que exige melhor reflexão.-----

Deliberado, por unanimidade, retirar o ponto da ordem do dia. -----

-----



1. Assunto: EXERCÍCIO DE DIREITO DE PREFERÊNCIA SOBRE AS FRAÇÕES "PP", "H" E "I", SITAS, RESPETIVAMENTE, NA RUA ANTERO DE QUENTAL, Nº 5, C/V L2 E LOTE A6, GARAGENS NºS 8 E 9 NO BAIRRO DA CHEPSI, NA PÓVOA DE SANTA IRIA – DIANA MARTINS DE PAULA -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 279/13, de 11/11, do Notariado Privativo Municipal, para aprovação do não exercício do direito de preferência e autorização de transmissão das frações "PP", "H" e "I", sitas na rua Antero de Quental, nº 5, c/v L2 e lote A6, garagens nºs 8 e 9, no bairro da Chepsi, na Póvoa de Santa Iria, pelos valores, respetivamente, de 44 290,00€, 6 810,00€ e 7 200,00€.-----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 279/13, de 11/11, do Notariado Privativo Municipal, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----

-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 120

Reunião de 2013/11/27

Procº _____

Deliberação nº 1168

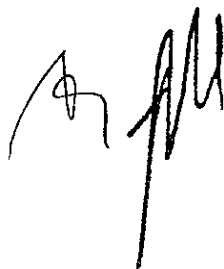
1. Assunto: HASTA PÚBLICA DE ALIENAÇÃO DO LOTE 72 DA AUGI CASAL DA SERRA –
PÓVOA DE SANTA IRIA. -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 62/13, de 20/11, do
DGAFJ/DAJ, para aprovação da ata da hasta pública, que decorreu em 2013/11/11,
bem como da adjudicação ao Sr. Filipe Manuel Pereira Lemos, pelo preço de
37 000,00€, do lote 72 da AUGI Casal da Serra, na Póvoa de Santa Iria.-----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 62/13, de 20/11, do DGAFJ/DAJ,
documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----

-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para
aprovação. -----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr.
Presidente. -----

A *PM*

1. Assunto: LISTAGEM DOS CONTRATOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA DISPENSA DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 332/13, de 20/11, do DGAFJ/DFPCI, para conhecimento da listagem dos contratos ao abrigo da autorização genérica para dispensa de parecer prévio vinculativo na celebração ou renovação de contratos de prestação de serviços, referente ao mês de outubro. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 332/13, de 20/11, do DGAFJ/DFPCI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para conhecimento.-----
Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo já tinham colocado uma questão no mandato anterior, ou seja, têm alguma dificuldade em perceber alguns dos itens que aparecem no documento, e seria útil que fossem enviados os documentos de suporte destas despesas.-----
Têm duas dúvidas muito concretas. Uma delas da IVECO Portugal, de reparação de danos causados por acidente da viatura 97-CP-87. Não sabem se o Sr. Presidente terá a informação hoje, e poderá informar mais tarde, mas gostariam de saber o que terá sucedido.-----
Uma outra situação, com Vítor Manuel Inácio, Unipessoal Lda., está relacionada com um acidente de viação e grades de proteção na rotunda das Silveiras, em Alverca do Ribatejo, e querem saber o que aconteceu, porque ficaram com a dúvida se tinha a ver com as grades de proteção e armário de distribuição de energia elétrica, e se a EDP também teria de ser chamada a alguma

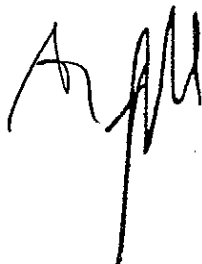


responsabilidade. Não podem especular, porque não conhecem a situação, e pedem ao Sr. Presidente que informe quando souber.-----

Interveio o Engº José Fernandes, respondendo, quanto à IVECO, que está relacionado com a ativação de um seguro. Julga que houve um acidente na rotunda das Silveiras, em que resultaram danos na parte elétrica e nas barras de proteção. A companhia de seguros deu indicação à câmara municipal para proceder à reparação, uma parte respeita à empresa Vítor Manuel Inácio, Unip. Lda., e as grades de proteção são da junta de freguesia. -----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que julga ser preferível esclarecer melhor, dando a informação mais aprofundada sobre as questões. Não havendo condições de responder cabalmente neste momento, dar-se-ão as informações numa próxima oportunidade. -----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----

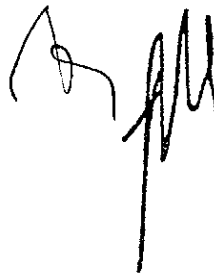


1. Assunto: PARECER PRÉVIO VINCULATIVO – ECOPARQUE DA PÓVOA DE SANTA IRIA – DESVIO/ALTERAÇÃO DE LINHAS AÉREAS DE BAIXA TENSÃO -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 424/13, de 30/10, da EMRU, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável à celebração do contrato de aquisição de serviços designado por “Desvio/Modificação da Rede de Baixa Tensão – Póvoa de Santa Iria”, no âmbito da intervenção do Ecoparque da Póvoa de Santa Iria. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 424/13, de 30/10, da EMRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, dizendo que aproveita esta questão para questionar o Sr. Presidente, julga que pela milionésima vez na câmara municipal, em que situação se encontra o desvio da linha aérea do célebre poste junto ao Centro Popular de Cultura e Desporto - CPCD. -----

Interveio o Sr. Presidente, respondendo que é o Sr. Vereador António Oliveira que agora está com o processo, mas refere que a câmara municipal já solicitou várias vezes à EDP para remover o poste, sem resultados práticos. Os valores pedidos são extremamente avultados, e a última solução que foi colocada foi a do enterramento daquele troço. -----

O Sr. Vereador António Oliveira interveio, mencionando que o Sr. Presidente praticamente disse tudo, considerando o próprio que começa a ser estranho como é que a EDP não encara o deslocamento daquele poste. Ao longo deste ano foram feitas várias insistências junto da EDP, apresentando esta empresa valores para a execução dos trabalhos com dois cenários, um deles está relacionado com a



programação da EDP para o ano em curso e para 2014. -----

Quanto ao outro cenário, a EDP sugeriu o deslocamento do poste em cerca de 6 metros, trabalho que anda à volta dos 400 000,00€, e a câmara municipal, concordando com a EDP, e através dos serviços de urbanismo, encontrou uma parcela de terreno na zona para o efeito, tendo que se ter em atenção que quanto mais se desviar o poste à ponta, mais os postes se aproximam das zonas de habitação. Esta situação foi transmitida à EDP, que por sua vez tenta não fazer o enterramento, porque os custos são muito elevados. Neste momento solicitou uma reunião com a EDP nos serviços, para ver se de uma vez por todas se encontra uma solução para aquela situação. -----

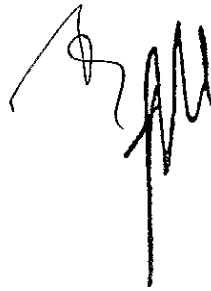
Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, dizendo que o Sr. Vereador deu as suas explicações, e o próprio compreende que o enterramento da linha é uma coisa que sairia astronomicamente cara, bem com conhece a questão do desvio e das habitações que lá estão, mas não se pode esquecer, e tem que se trabalhar nesse sentido, a questão do cruzamento junto à CPCD. Já houve vários acidentes, fruto da má visibilidade, e tem que ser alterado de uma vez por todas. -----

Em relação aos valores, não é técnico, mas custa-lhe “engolir” um valor tão elevado, de 400 000,00€, tendo em conta que o desvio das linhas que vai ser feito agora, fruto deste ponto 41, não chega aos 20 000,00€. Está-se a falar de postes diferentes e linhas diferentes, mas há uma décalage enorme em termos de valores, e apela, uma vez que o Sr. Vereador vai ter uma reunião com a EDP, tendo em conta que é um assunto recorrente e que há muitos anos que anda a “rolar”, antes do próprio ir para a Póvoa, e já lá mora há 15 anos, para que se fique com um “cunho” neste mandato, de se ter conseguido resolver este problema. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que pensa haver condições para votar este ponto, sem perder de vista a necessidade de resolver a questão. Já se fizeram vários estudos, sendo que todos os estudos exigem a regularização daquele monte e daquele poste. Infelizmente na altura, aquando daquela urbanização, não houve condições para o fazer, e agora não está a ser fácil, mas não se irá desistir. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----

CAPÍTULO: EDUCAÇÃO E CULTURA



1. Assunto: ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E DE APOIO À FAMÍLIA – COMPROMISSO DE VERBA – CENTRO SOCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO SOBRALINHO-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 577/13, de 04/11, do DEC/DE, para aprovação do compromisso de verba para o Centro Social para o Desenvolvimento do Sobralinho, no âmbito das atividades de animação e apoio à família 2013/2014. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 577/13, de 04/11, do DEC/DE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----
-----
4. Dotação orçamental: Plano 04/01/03/007H Orçam. 08/04.07.01 -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: Despacho nº 13503/2009, de 27 de maio. -----
-----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata ' 127

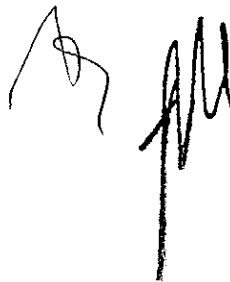
Reunião de 2013/11/27

Procº DCTAE.00.DM.MUS.113

Deliberação nº 1172

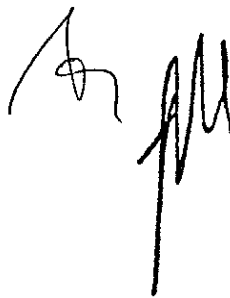
1. Assunto: DOAÇÃO DE CÉDULA MILITAR E BILHETE DE IDENTIDADE AO MUSEU MUNICIPAL – NÚCLEO DE ALVERCA -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 370/13, de 18/11, do DEC/DCTPM, para aceitação da doação de uma cédula militar e de um bilhete de identidade, pertença de Maria Benvinda Pinheiro Simões do Nascimento, para incorporação na coleção do museu municipal, núcleo de Alverca. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 370/13, de 18/11, do DEC/DCTPM, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aceitação. -----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----



1. Assunto: DOAÇÃO DE UM CONJUNTO DE CARTAZES DO ARTISTA AMÉRICO SILVA AO MUSEU MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 332/13, de 21/10, do DEC/DCTPM, para aceitação da doação de um conjunto de cartazes do artista Américo Silva, para incorporação na coleção do Museu Municipal de Vila Franca de Xira. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 332/13, de 21/10, do DEC/DCTPM, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aceitação. -----

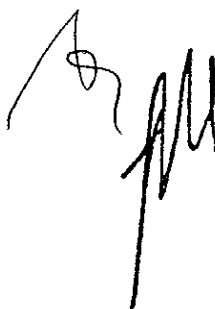
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----



1. Assunto: PROTOCOLO DE CEDÊNCIA DO PAVILHÃO MULTIUSOS DE VILA FRANCA DE XIRA PARA A REALIZAÇÃO DA 2ª FEIRA DE ARTESANATO E DE NATAL DO CONCELHO -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 361/13, de 20/11, do DEC/Turismo, para aprovação da minuta do protocolo de cedência do pavilhão multiusos de Vila Franca de Xira, a celebrar com a associação "Exercício de Memória – Associação de Artesãos" e com o artesão e "designer" de moda, Momade Daniel Amade, para a realização da 2ª Feira de Artesanato e de Natal do concelho de Vila Franca de Xira, a realizar de 10 a 16 de dezembro de 2013.-----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 361/13, de 20/11, do DEC/Turismo, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que a dúvida dos membros da Coligação Novo Rumo tem a ver com o protocolo, que é de cedência do pavilhão, porque verificam que as responsabilidades da câmara municipal são as da cedência do pavilhão, que está na cláusula 2ª, e também a produção dos materiais gráficos e divulgação do evento, através dos seus meios próprios. Assim, eventualmente não se deverá denominar de "cedência", porque tem mais qualquer coisa. -----

Por outro lado, gostariam de saber os valores envolvidos, e quem define quais os materiais gráficos e a quantidade, bem como quem procede à divulgação do evento, se é a própria câmara municipal ou uma exigência dos outros outorgantes, no sentido do que pretendem que seja feito.-----



Interveio o Sr. Presidente, referindo que houve dois pedidos de realização de manifestações, uma de artesanato e outra de passagem de modelos, feitos por uma associação recente das Cachoeiras, em que o “designer” em causa é também artesão, e expôs no último Salão de Artesanato da Feira de Outubro. O próprio falou com os organizadores desta mostra de artesanato, e perguntou se não se poderiam agregar as duas iniciativas, pois era uma situação benéfica para ambas as partes. Haveria mais pessoas atraídas ao pavilhão através destas duas iniciativas, e parecia-lhe que faria sentido a agregação. -----

Relativamente aos materiais gráficos, são feitos na tipografia da câmara municipal, e será uma pequena quantia monetária, porque não serão de grande quantidade. Irão ser produzidos de acordo com o que a própria organização fizer chegar, de qualquer modo os “designers” da câmara municipal poderão dar uma ajuda, como sempre fazem a qualquer instituição que a solicite. -----

O potencial e a riqueza que existe no concelho, em termos de artesanato, justifica perfeitamente que ao longo do ano haja várias mostras de artesanato. Nesse sentido, houve o Salão de Artesanato, na Feira de Outubro, que é considerado dos melhores do país, e há também os artesãos do concelho, alguns representados nesse Salão de Artesanato, que depois têm necessidade de expor os seus trabalhos e comercializá-los noutros momentos. -----

O que se combinou foi evoluir nas várias freguesias do concelho, com mostras de artesanato ao longo do ano. No início deste mês houve uma mostra de artesanato em Alverca, onde esteve presente, e pensa ter corrido bastante bem. As pessoas estavam agradadas, assim como a própria organização, houve uma interação com a Sociedade Filarmónica Recreio Alverquense, através de momentos musicais, e ficou combinado que iria ser feita a mostra em Vila Franca de Xira, calendarizando-se depois uma proposta anual, com momentos de mostra de artesanato em vários pontos do concelho. -----

Terminou, dizendo ser interessante para as pessoas e para os artesãos. Em termos culturais e do apoio ao artesanato no concelho, pelos valores que estão em causa, da isenção da taxa pela disponibilização do pavilhão, bem como de algum material gráfico que é necessário fazer, justifica-se plenamente o apoio, não se podendo esquecer que hoje o artesanato representa uma economia interessante para



Deliberação nº _____

[Handwritten signature]

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----

A *PM*

1. Assunto: FEIRA ANUAL DE OUTUBRO 2013 – ADITAMENTO AO PROTOCOLO COM A ASSOCIAÇÃO ESCOLA DE TOUREIO JOSÉ FALCÃO -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 362/13, de 20/11, do DEC/Turismo, para aprovação do aditamento ao protocolo celebrado com a Associação Escola de Toureio José Falcão, para pagamento da despesa com a utilização de um toiro sobrero, nas esperas de touros da Feira Anual de Outubro. ----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 362/13, de 20/11, do DEC/Turismo, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que os membros da CDU estão confrontados com uma verba, não estando em causa o valor, para a escola de toureio José Falcão, referente às largadas da Feira Anual de Outubro, dizendo-se que é para atualização de um sobrero.-----
Na altura ouviu que tinha morrido um touro nas largadas, e não sabe se foi por isto, mas a esta escola foi atribuído o valor 27 500,00€ para as esperas dos touros, e é à associação que compete definir as características dos touros e toda a problemática das largadas. Portanto, se foi a utilização do sobrero, já deveria estar contemplado. -----
Foi dada uma verba de apoio, que para si englobava tudo, e pergunta: Por que é que agora se tem de pagar à escola José Falcão essa verba? Que protocolo é que a escola fez que não salvaguardou a situação? O responsável dos touros não é responsável? Até admite que não há seguro disso, mas não há uma salvaguarda? Quando a escola recebe essa verba é para salvaguardar tudo isso, é ela que gere o



protocolo, o protocolo deveria prever tudo isso, e ter essas cláusulas, pensando o próprio que os 27 500,00€ chegariam. -----

Julga que este tipo de protocolos deveria vir antecipadamente para conhecimento a reunião de câmara, e deixa isso para o futuro, quer para o Colete Encarnado ou para a Semana Tauromáquica, e até quanto à festa, apesar de não ser isso que está em causa agora, não lhe parecendo que haja razão para voltar a vir a reunião esta verba, pois já está contemplada nos 27 500,00€. Se a escola José Falcão não salvaguardou isso, é um problema da escola, e a CDU irá votar contra. -----

O Sr. Presidente interveio, referindo que não pode estar mais de acordo que as questões têm de ser todas claras, e sobre essa matéria estão todos em sintonia. ----

Pelo que sabe esta foi uma situação excecional, que não estava prevista no protocolo inicial, e tem que ser resolvida, porque efetivamente houve uma aquisição do touro, tem que se pagar, e é isso que se traz. -----

O Sr. Vereador referiu-se ao touro, sabendo-se que nas largadas, às vezes por exaustão, os touros não vão até ao fim e morrem na praça. Não sabe se foi uma situação dessas, julga que houve necessidade duma substituição, e de se encontrar uma alternativa excecional, que não estava prevista no protocolo anterior, mas considera que no futuro estas situações devem ser melhor acauteladas. -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que quando estas questões de apoio vierem a reunião de câmara, e não estão em causa as instituições, o que não se cansa de dizer, pois há sempre mentes maquiavélicas que pensam que o próprio é contra, mas é pelos touros e defende-os, como todos sabem, deve vir um retorno, ou então vir justificado o orçamento, como se fez em tempos em relação à Casa Mário Coelho, para a Semana Tauromáquica. -----

Pelas razões que foram explicadas os custos dispararam, só que depois veio, e muito bem, a despesa toda discriminada, e pensam os membros da CDU que seria importante este tipo de apoios vir a conhecimento. Julga que virá para a câmara municipal, para o executivo, para os que têm pelouros a tempo inteiro, mas não vêm para a oposição, e era importante virem a reunião de câmara essas contas todas, no orçamento e posteriormente. -----

Está-se noutro mandato, e quer crer que sim, mais uma vez, apesar das



turbulências e de alguma desilusão, como já disse, de que não vai falar, apesar de que tem uma outra questão para falar nesta sede, publicamente, sobre certas coisas da assembleia municipal, ficando à espera que o Sr. Presidente lhe dê o mote. -----

O Sr. Presidente interveio, mencionando que com toda a simpatia irá dar o mote ao Sr. Vereador, em próxima oportunidade, para dizer "o que lhe vai na alma", porque quando a "alma está dorida" nem sequer é bom para a saúde. -----

Esta matéria poderá vir a reunião, e com toda a facilidade será entregue aos Srs. Vereadores, de qualquer forma, há um protocolo, e tudo o que estava previsto ser adquirido em termos de touros só se pagou contra a apresentação da fatura. -----

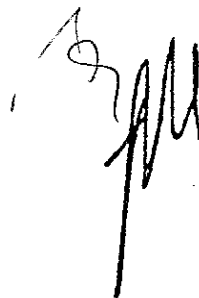
Está-se perante uma questão de carácter excecional que teve de ser resolvida, e esta matéria só vem agora a reunião de câmara exatamente porque houve um período em que estava inibida de fazer qualquer tipo de procedimentos, o que decorria do facto de só após a tomada de posse se poderem retomar. -----

Concluiu, dizendo que irá pedir aos serviços que façam chegar ao gabinete da CDU a listagem completa do valor que está no protocolo, e como é que esse valor foi gasto. Não sabe responder agora, mas os factos, os dados e os documentos vão falar por si. -----

Quanto ao touro, também há justificação, que será dada à CDU. -----

Desta forma, com os votos contra da CDU, presume que se esteja em condições de votar favoravelmente o ponto. -----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



1. Assunto: ATA DA REUNIÃO DO JÚRI DO PRÉMIO LITERÁRIO ALVES REDOL -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 299/13, de 11/11, do DEC/DBD, para conhecimento da ata da reunião do júri do Prémio Literário Alves Redol 2012/2013, com a indicação dos premiados apurados nos géneros literários em concurso, romance e conto. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 299/13, de 11/11, do DEC/DBD, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. --
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----

-----
6. Propostas: -----

-----
7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----

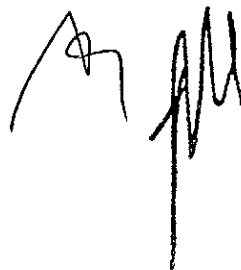
**CAPÍTULO: AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE, DESPORTO, EQUIPAMENTOS E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL**



1. Assunto: APOIO MUNICIPAL À REALIZAÇÃO DO CONCERTO DE NATAL – ASSOCIAÇÃO CORAL ARES NOVOS-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 427/13, de 19/11, do DASDEDS/GAMAJ, para aprovação da minuta do protocolo a celebrar com a Associação Coral Ares Novos, que visa o apoio à realização do Concerto de Natal.
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 427/13, de 19/11, do DASDEDS/GAMAJ, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----

-----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente.-----



Assunto: CENTRO CULTURAL DO BOM SUCESSO – DOTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS-----

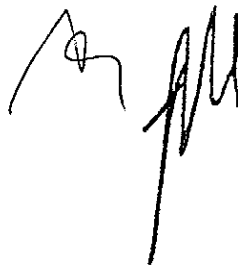
Presente proposta da Coligação Democrática Unitária, datada de 2013/11/06, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para aprovação da dotação de equipamentos para o Centro Cultural do Bom Sucesso. -----

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo compreendem os anseios naturais dos utentes do centro cultural, mas atendendo que os recursos financeiros são muito poucos, perguntam qual é o montante envolvido, se há algum estudo sobre o custo do equipamento que possa ajudar a tomar uma decisão, qual o retorno esperado e se, efetivamente, tendo a câmara municipal algum destes meios, não é possível, a pedido, quando houver utentes que o solicitem, a mesma resolver a satisfação dessas falhas. -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo que a proposta é da CDU, e tem a ver com a necessidade que existe no Centro Cultural do Bom Sucesso, porque foi inaugurado em abril de 2008, e não tem até ao momento os equipamentos necessários para ali se desenvolverem algumas atividades. Por exemplo, quanto ao campo do teatro, a sala tem uma acústica péssima, e quem já teve oportunidade, como a própria e outros, de assistir a conferências ou espetáculos, é uma sala que não tem condições absolutamente nenhuma. -----

Considera que se têm de encarar as coisas da seguinte forma: ou quando se constrói e inaugura este tipo de equipamento dota-se daquilo que é necessário para que funcione, que é o que está a ser feito para a nova biblioteca, em que já lá estão 600 000,00€ em equipamentos e certamente se irão gastar mais, ou então não vale a pena as coisas serem inauguradas com a “pompa e circunstância”, que foi a inauguração deste centro cultural.-----

Se assim não for vai-se ter mais um caso como é o do Centro Comunitário de Vialonga, que já várias vezes frisaram em reunião de câmara, e ninguém os leva a sério, porque esse centro comunitário não tem condições mínimas, não tem cadeiras. Dir-lhe-ão, como disseram já noutras vezes, “ quando alguém precisar, pedem à junta”, mas a CDU não quer que quando alguém precise do Centro Cultural do Bom Sucesso tenha que pedir à Junta de Freguesia de Alverca, ou outra instituição qualquer, que seja levado para este centro o que é necessário. -----



É um centro cultural, e o próprio Sr. Vereador João de Carvalho disse várias vezes, que é quem tem a profissão de ator, disse várias vezes que não havia condições para funcionar. -----

Para além disso, tem que se começar a perceber que quando se constroem equipamentos, sejam de âmbito cultural ou educativo, devem-se chamar as pessoas entendidas na matéria, porque depois, quando se vai ver, não têm condições nenhuma de funcionamento, e deviam os entendidos terem sido chamados, aquando do projeto. -----

Em relação a valores, não sabem quais os valores que se devem gastar para o centro cultural ter as condições necessárias para um uso multidisciplinar, mas certamente que a câmara municipal e os seus técnicos conseguirão isso, e não deve ser uma verba de um montante muito elevado. É capaz de ser um pouco mais caro que o touro, mas não é por aí que as coisas não se fazem, e entende a própria que faz todo o sentido que o Centro Cultural do Bom Sucesso tenha os equipamentos necessários para poder funcionar. -----

O Sr. Presidente interveio, mencionando que a Srª Vereadora acabou por sintetizar a preocupação relativa a esta proposta. Não se sabe quanto custa, e por isso atreve-se a fazer uma contraproposta. A câmara municipal já enviou aos vereadores o plano e orçamento para o próximo ano, que é extremamente restritivo, tendo em vista as questões da receita, que estão a cair substancialmente, e há uma matéria inconciliável, que é a das receitas e despesas terem de ser equilibradas, e têm que se priorizar as ações. -----

Neste sentido, a contraproposta é a dos Srs. Vereadores da CDU olharem para o orçamento, encaixarem um valor, e a câmara municipal vai saber quanto custa o que é proposto, proporem a entrada da rubrica no orçamento, e verificarem também, no quadro das propostas que o plano tem, qual é, no entendimento que têm, a dispensável. -----

Crê que se encontra uma solução perfeita, equilibrada, e que vem ao encontro da proposta. Se não for assim tem alguma dificuldade em ver como é que se vai reagir relativamente a esta proposta, e há muitas situações, para além do centro cultural, que também necessitam de melhorias, mesmo a nível de equipamento, algumas dessas associações têm-se candidatado aos programas que a câmara municipal



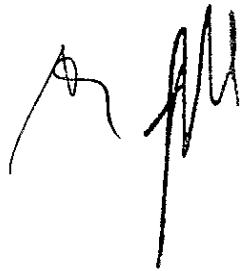
tem, e têm vindo a resolver os problemas, também com a ajuda da câmara municipal, como é evidente. Por isso, certamente que se encontrará uma solução que vai ao encontro de todos, porque também concorda que aquele espaço deve ter melhorias. Provavelmente não se conseguirá fazer tudo de uma vez, mas vai-se fazendo alguma coisa, de acordo com aquilo que está estabelecido. -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo que acha estranho que num prazo de 15 dias, que foi quando a CDU entregou a proposta, o executivo não tenha tido tempo de fazer duas coisas, em primeiro lugar, chamar, por exemplo, a direção do Centro Social e Cultural do Bom Sucesso, que é quem tem um protocolo, entre outras instituições, para o funcionamento do centro cultural, e perceber, até com outras entidades ligadas à cultura, o que acham necessário e fundamental para que o centro funcione. Considera que é o executivo que tem a gestão, e é quem tem de fazer este trabalho, independentemente daquilo que possa ser também nesse campo o trabalho dos vereadores da CDU, que já algumas vezes o tentaram fazer. -----

Depois, relativamente à proposta de colocar em orçamento e dispensar uma ou outra verba, os Srs. Vereadores do PS é que têm a gestão do orçamento, e têm que decidir quais as suas opções, porque se fosse para a CDU propor, tinham feito uma gestão partilhada, que foi coisa que não quiseram. Portanto, o que os membros da CDU têm que fazer é aquilo que sucessivamente fazem, apresentar as propostas que têm. Se tivessem funções ou competências delegadas, fariam desta forma, mas sendo todos incompetentes, não têm competências delegadas, só sabem fazer desta forma, que é apresentar as propostas. -----

O Partido Socialista pode entender que vale a pena chamar as instituições que a própria frisou, ver quanto a câmara municipal iria gastar para dotar o equipamento daquilo que é necessário, e depois dizer que são 20 ou 30 000,00€, questionando se os Srs. Vereadores aprovam ou não, e aí a CDU estará presente para ver, e é evidente que vai aprovar, pois o objetivo que tem é sempre dotar o equipamento daquilo que necessita. -----

O Sr. Presidente falou na questão do PAMA, mas as instituições, quando concorrem, fazem-no para dotar as suas instalações dos equipamentos que necessitam, e neste caso está-se a falar de um equipamento municipal, cabendo à mesma

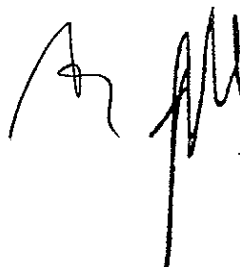


colocar o equipamento que é necessário, e não ao Centro Social e Cultural do Bom Sucesso, à FAPXIRA ou outras instituições que têm a sua sede no centro cultural. --- Concluiu, dizendo que esta questão vem atrasada 6 anos, pois há quase 6 anos que o Centro Cultural do Bom Sucesso devia ter as condições necessárias, daí até a preocupação da CDU relativamente à requalificação do mercado da Póvoa de Santa Iria, que vai ser entregue ao Grémio Dramático Povoense, porque não querem que não tenha estes equipamentos que são necessários, nem que aconteça aquilo que acontece ainda hoje no centro comunitário, que é não haver sequer cadeiras para as pessoas se poderem sentar. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que para o Partido Socialista a CDU não é incompetente, e não é essa a razão pela qual não tem pelouros neste mandato. Contudo, verdade seja dita, se se analisar o que têm sido as propostas da CDU neste mandato, basta olhar para perceber o porquê de não terem pelouros. ----- A última reunião foi dedicada, por parte dos membros da CDU, a reduzir as receitas do município, e nesta reunião, nos pontos em que foram intervindo e as propostas que foram fazendo, foram no sentido de aumentar os gastos do município. Ora, sob o ponto de vista da gestão, como é evidente, é incompatível com a responsabilidade que é necessária a quem pretende ter responsabilidades de gestão. Por isso, e indo ao socorro da Srª Vereadora, para os membros do PS não são de todo incompetentes, nunca os ouviu, como não ouvirá, atribuir-lhes esse adjetivo. -----

Relativamente à situação, uma das questões de que pretende dar conta, como o Sr. Presidente disse, e muito bem, há um conjunto de equipamentos de génese municipal e de utilização pública que precisa de melhoria e de investimento, e por isso é sempre preciso fazer opções, opções que estão na disposição das disponibilidades existentes pelo município. Os Srs. Vereadores têm na sua posse a proposta de plano, e é nessa proposta que estão contempladas muitas prioridades para o concelho, para além desta em concreto. Sendo esta uma preocupação da CDU, tal como é do PS, é uma questão de verificar, dentro dos documentos, o que é que têm condições para trocar, e o PS irá procurar fazer uma orçamentação desta matéria. -----

Também deve dizer que, conforme o Sr. Presidente disse, há outros equipamentos



Fl. Livro _____

Fl. Ata _____ 142

Reunião de 2013/11/27

Procº _____

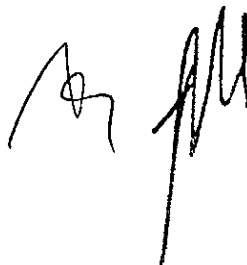
Deliberação nº _____

que têm necessidade de investimento. -----

Por fim, quanto ao facto das instalações serem municipais, boa parte das instalações das associações do concelho é municipal, e entregue em comodato, vindo a reunião muitos protocolos de comodato do município com as associações. Muitas delas, nomeadamente as culturais, as que não têm situações de comodato, tiveram investimento por parte da câmara municipal (muitas vezes dando o terreno e depois comparticipando na construção), e sem sair de Alverca pode-se olhar para o exemplo da SFRA, que teve o terreno, mas depois teve de investir fortemente naquele equipamento, sendo que também se podem ver outros exemplos no concelho.-----

A presença do Centro Cultural do Bom Sucesso é uma mais-valia, em primeiro lugar, para o município, sem dúvida, porque ajuda a dinamizar um equipamento importante para aquela população, que aliás só foi possível construir porque houve fundos comunitários a que a autarquia se candidatou, mas é uma vantagem muito grande para o centro social, porque como a Srª Vereadora sabe, se tem reunido com aquela direção, funciona num equipamento que tem problemas em termos de equipamentos em falta, mas é moderno e de excelência para muitas das atividades. A câmara municipal tem feito acertos, juntamente com outras associações presentes, para aumentar o espaço disponível para o centro cultural desenvolver as suas atividades, sendo que há um conjunto de custos correntes que as associações todas do concelho, mesmo as que estão em edifícios da câmara municipal, têm de suportar, e que o centro cultural, como se sabe, todos os meses não tem de suportar, o que é uma mais-valia muito importante.-----

Perguntar-lhe-á a Srª Vereadora, no final de tudo, se o Partido Socialista considera que é preciso equipar aquele e outros espaços, e o próprio responde que sim. Considera o Partido Socialista que as associações também têm uma responsabilidade na organização das suas atividades e das atividades que põem ao dispor da população? O próprio responde que sim, e por isso é que se tem, para além do investimento direto da câmara municipal, e está a falar de muitos milhões de euros que os Srs. Vereadores têm na sua posse para analisar, no âmbito do plano para o ano que vem, um programa bastante apurado de apoio à aquisição de viaturas e realização de obras, que permite também à aquisição de equipamentos,



Fl. Livro _____

Fl. Ata 143

Reunião de 2013/11/27

Procº _____

Deliberação nº _____

ao qual as associações do concelho têm respondido sempre presente, porque percebem a importância grande que há nestes investimentos.-----

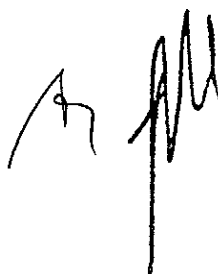
Por isso, juntando a sua intervenção à do Sr. Presidente, pensa ficar claro que as prioridades do executivo, para além desta, são muitas outras, e no quadro do plano deverão ser analisadas, esperando que na discussão do plano os Srs. Vereadores sejam sensíveis, não só a este, como a todos os investimentos que lá constam.-----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo que os membros da CDU gostariam de pedir um estudo, que era interessante, para se acabar de uma vez por todas com o argumento da questão do IMI, que é muito interessante, ou seja, do impacto daqueles que são os prédios não avaliados, que já são uma minoria no concelho, bem como pedir ao Sr. Presidente que faça chegar ao gabinete da CDU um resultado, que pensa que os técnicos farão facilmente, no sentido de perceber quanto é que a câmara municipal ganharia com 0,61%, e quanto vai ganhar com 0,5%, para se perceber daquilo que estão a falar.-----

Depois, de facto a própria é muito incompetente, porque não consegue perceber a forma como o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira troca o “alho pelo bugalho”, e coloca nas palavras da CDU coisas como colocar em causa a boa gestão das instituições que não concorrem ou concorrem para o PAMA no apoio à aquisição de viaturas e obras. Não foi isso que a CDU disse, nem sequer é isso que está a ser discutido, está-se a discutir uma coisa muito simples e fácil de perceber, para quem tem competência, que não é o seu caso.-----

Gostaria ainda de perceber se está a câmara municipal interessada em resolver o problema da falta de equipamento que toda a gente sente no Centro Cultural do Bom Sucesso, o que é muito fácil perceber, bastando ouvir as pessoas. Sim ou não? A partir daí vai-se ver quanto custa, sendo que a CDU não obriga o Partido Socialista a comprometer-se com o ano 2014 para dotar, o que quer é que todos, CDU, PS e Coligação Novo Rumo, percebam da necessidade deste equipamento. Depois ver-se-á como é que a câmara municipal pode ou não adquirir, e até pode não adquirir tudo de uma só vez.-----

De facto, esta preocupação, que é sentida pela CDU e pelas pessoas que usam o centro cultural, deve ser tida em conta, bastando falar com o grupo Fontinhas, que é o grupo de teatro que mais utiliza o Centro Cultural do Bom Sucesso, para



Fl. Livro _____

Fl. Ata ' 144

Reunião de 2013/11/27

Procº _____

Deliberação nº _____

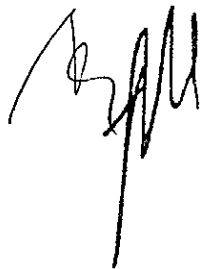
perceber, sendo que é tudo uma questão de opções. -----
Já teve a preocupação de ler o que os Srs. Vereadores colocaram no orçamento, e vê lá verbas para o hospital, para as infraestruturas do hospital, e são opções que tomaram, das quais a CDU não concorda e já explicou porquê. Agora, dizerem que a CDU tem um estilo de gastar, gastar e gastar, não percebe. Olhou para a ordem do dia, e não percebe quais foram as propostas que fizeram que obrigaram a gastar dinheiro, antes pelo contrário. A CDU está sempre numa preocupação de preservar a câmara municipal e os seus gastos, e francamente não consegue perceber, mas pode também não ter percebido bem, o que é sinónimo da incompetência que já percebeu que tem, e agradece por isso o facto de não lhe terem dado pelouros, pois seria incapaz de ter um raciocínio como os Srs. Vereadores têm. -----

O Sr. Presidente interveio, mencionando que jamais o Partido Socialista quis dizer que a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso era incompetente. Não foi isso que o Sr. Vice-Presidente quis dizer, muito pelo contrário.-----

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, referindo que embora os membros da Coligação Novo Rumo reconheçam as expectativas e ambições naturais das pessoas que utilizam e sentem a necessidade de ter outros meios, enquanto não tiverem um montante envolvido e o retorno esperado, não se sentem em condições de poder votar. -----

O Sr. Vereador Paulo Rodrigues interveio, dizendo que os membros da CDU esperam que os técnicos da câmara municipal, que têm bastante experiência nesta matéria, possam fazer um orçamento, e vão fazê-lo com toda a certeza, vindo à próxima reunião de câmara, como espera, mas aquilo que está em causa não são as expectativas das pessoas que utilizam também o Centro Cultural do Bom Sucesso, mas sim um projeto que foi inaugurado há 6 anos atrás, coxo, que continua coxo, e por este andar vai continuar coxo.-----

É muito fácil dizer que se está numa situação económica muito difícil. Então e há 6 anos atrás, com é que se estava? E há 5. Há 4? Há 3? E o ano passado, que até se transitou de ano com 20 e tal milhões? É muito bonito vir prestar contas agora, e pode-se falar de receitas. É lógico que o IMI vai baixar, mas esse estudo é extremamente interessante, e era bom que também fosse entregue na próxima



reunião de câmara. -----

Quanto a isto, pede desculpa, mas há coisas que às vezes são ditas que têm de ser repetidas.-----

Depois, há algumas questões e palavras que foram proferidas pelo Sr. Vice-Presidente que são complicadas e graves, e pensa que normalmente quem diz aquilo que quer arrisca-se a ouvir aquilo que não quer, pelo que tem de se ter sempre muita contenção nas palavras que se dizem, e nas afirmações que se proferem.-----

Gostava que o Sr. Vice-Presidente, neste mandato, que vai longuíssimo, pois pelas palavras parece que vai extremamente longo, explicasse e dissesse concretamente quais foram as propostas que a CDU já apresentou que vão cair assim tanto nas contas da câmara municipal. -----

A CDU apresentou propostas, que têm a ver com a manutenção, não são propostas de investimento desta natureza. Apresentou propostas, inclusivamente, de reduzir a despesa da câmara municipal, mas vem-se acusar a CDU de só apresentar propostas que são para piorar as contas da câmara municipal. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que crê que as questões estão perfeitamente perceptíveis, e foi feita uma pergunta clara e objetiva: Consideram ou não necessário que aquele equipamento tenha outras condições técnicas que ainda não tem? A resposta foi sim. Consideram necessários outros equipamentos, que não aquele, que sejam dotados com melhorias de equipamentos técnicos? A resposta foi sim.-----

Assim, sugere, para se poder lá chegar, e não sabe se todas as bancadas o poderão acompanhar no raciocínio, que a proposta possa ser alterada na sua reformulação, dizendo-se que estes equipamentos, que são necessários, e que estão identificados, possam ser resolvidos no decorrer deste mandato, e desta forma o próprio conseguiria trazer o valor dos equipamentos em causa, para depois o colocar, provavelmente, numa rubrica a definir, uma vez que se está a falar de matérias que têm de ser resolvidas pelo saldo da conta de gerência, para que pudesse vir a viabilizar, no ano que vem e futuros, a resolução desta matéria.-----

Da forma como está é difícil, e aquilo que foi dito também é que há 6 anos que já deveria estar tratada, subentendendo-se que tem de ser já. -----



O Sr. Vereador Nuno Libório interveio, dizendo que o Sr. Presidente não se deve complicar.-----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que não se trata de complicar, mas há matérias que têm a ver com o plano e orçamento que a si o preocupam, tal como preocupam a todos.-----

Perguntou o Sr. Vereador Nuno Libório se o Sr. Presidente sabe o que é um plano plurianual, ao que o mesmo respondeu que é evidente que sabe.-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que então está respondido.-----

O Sr. Presidente interveio, referindo que as suas competências ainda chegam até aí, ao que o Sr. Vereador Nuno Libório respondeu que não vai entrar nesse campo.-

Disse ainda o Sr. Presidente que a Srª Vereadora há pouco reagiu, certamente que bem, pelo menos sentiu-se atingida, e agora o Sr. Vereador Nuno Libório faz o mesmo, o que é da vida, mas há que ter coerência, costumando-se até dizer que “quem não se sente não é filho de boa gente”.-----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo que o Sr. Presidente deve entender a proposta dos membros da CDU como um alerta e uma tentativa de lembrar, quer o Partido Socialista, quer a Coligação Novo Rumo, da inexistência dos equipamentos que considera necessários. É esse o objetivo da proposta, que não está datada, e não quer dizer que seja para 2014.-----

Compreendem as dificuldades, para o novo executivo, de organizar um orçamento, apesar de alguns intervenientes da matéria serem já pessoas experientes na área, e deve-se entender a proposta como uma necessidade, que tem de ser vista pelo executivo do PS como uma matéria a não esquecer. Não é, da parte da CDU, uma coisa que seja obrigatória acontecer no ano de 2014, sendo evidente que também não quer que aconteça no ano 2017, porque depois, no ano 2018, estarão outros intervenientes certamente. É um alerta, e é o que entendem que não deve ser esquecido por parte deste executivo.-----

O Sr. Presidente interveio, referindo que ao fim ao cabo o que a Srª Vereadora referiu vai um pouco ao encontro do que o próprio já tinha exposto. Considera que a proposta deve dizer claramente aquilo que a mesma acabou de referir, e pergunta se com esta última intervenção, com uma alteração em conformidade com aquilo que disse, qual a posição que os Srs. Vereadores têm. Trata-se de uma



Reunião de 2013/11/27

Deliberação nº

Deliberado, por unanimidade, retirar o ponto da ordem do dia. -----



Deliberação nº _____

intervenção pós 49

Fl. Livro _____

Fl. Ata ` 149

Reunião de 2013/11/27

CAPÍTULO: REABILITAÇÃO URBANA

1. Assunto: POLIS XXI – REQUALIFICAÇÃO DA FRENTE RIBEIRINHA DA ZONA SUL DO CONCELHO – CONSTRUÇÃO DE 3 CAIS DE PESCA PARA OS AVIEIROS DA PÓVOA DE SANTA IRIA – TRABALHOS A MENOS -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 463/13, de 18/11, da EMRU, para aprovação do orçamento de trabalhos a menos, no valor de (-)2 849,73 €, acrescido de IVA, referente à empreitada de construção de 3 cais de pesca para os Avieiros da Póvoa de Santa Iria, adjudicada à Cordivias – Engenharia, Lda, e dedução deste valor ao preço contratual, não assistindo ao empreiteiro o direito de indemnização previsto no nº 1, do artigo 381º, do Código dos Contratos Públicos. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 463/13, de 18/11, da EMRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----

-----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

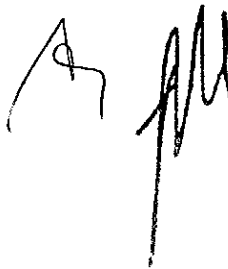
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----

Fl. Livro _____

Fl. Ata 151

Reunião de 2013/11/27

CAPÍTULO: ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL



1. Assunto: ESTABILIZAÇÃO DO TALUDE DA ENCOSTA E RESTABELECIMENTO DO TROÇO ACIDENTADO DA ESTRADA DE S. MARCOS – CALHANDRIZ – RECEÇÃO PROVISÓRIA -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1140/13, de 18/11, do DOVI/Empreitadas, para aprovação do auto de vistoria para receção provisória, datado de 2013/11/14, referente à empreitada de estabilização do talude da encosta e restabelecimento do troço acidentado da estrada de S. Marcos, na Calhandriz, adjudicada à HCI – Construções, SA. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1140/13, de 18/11, do DOVI/Empreitadas, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, dizendo que este ponto é “sui generis”. No dia 13 houve uma reunião de câmara, onde a bancada da CDU colocou duas questões ao Sr. Presidente, nomeadamente sobre a estrada da Manaça, que decorre das obras que foram tidas na estrada de S. Marcos, e uma outra, que foi a da estrada da Igreja. Em ambas o Sr. Presidente respondeu que de imediato os técnicos da câmara iriam aos locais, como é lógico, e aferir os eventuais procedimentos a ter. -----
A CDU, com grande surpresa, foi confrontada no dia 15 com um convite para uma inauguração no dia 16 da estrada de S. Marcos, o que deixou os seus membros perplexos. Em primeiro, porque consideram que a estrada de S. Marcos, na sua globalidade, não estava em condições de ser inaugurada, e em segundo, não tinham o “feedback” daquilo que seriam as visitas dos técnicos da câmara, quer à



estrada da Manaça, quer à estrada da Igreja, para saberem em concreto quais os resultados dessas visitas. Por último, não acreditam que no dia 13 o Sr. Presidente, aquando da discussão sobre o assunto, não soubesse que a estrada ia ser inaugurada 3 dias depois, e essa informação não lhes foi dada, mas podia ter sido. Desta forma, gostariam de saber, relativamente às visitas que os técnicos fizeram, quer à estrada de S. Marcos - Estrada da Manaça, quer à estrada da Igreja, quais as conclusões técnicas que resultaram das visitas. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo, quanto às conclusões técnicas, que está presente o Engº José Fernandes, que irá falar.-----

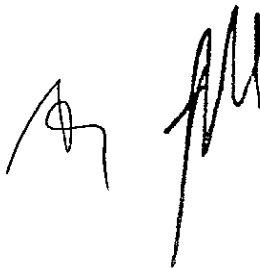
Quando à estrada da Manaça, não tem a ver com a própria intervenção, sendo que naturalmente pediu que se verificasse o que era possível fazer. Fora da intervenção foi solicitado que o empreiteiro resolvesse algumas questões, que não tinham a ver com a obra, sendo que a estrada da Manaça é uma estrada em que os muros há muitos anos, mesmo antes desta intervenção, já estavam a ruir.-----

Os muros, com o passar dos anos, foram ruindo, e algumas das intervenções que foram feitas serviram para precaver alguns taludes onde era necessário colocar pedras. Houve também intervenções em termos de melhoria da drenagem, para evitar que os muros caíssem todos, contudo, não há uma causa-efeito entre a obra da estrada e a estrada da Manaça, bem assim como da Igreja. Por isso, foi solicitado ao empreiteiro que fizesse algumas intervenções, tendo o mesmo se disponibilizado a isso, sem aumento de custo. -----

O Engº José Fernandes interveio, dizendo que na estrada da Manaça a única coisa que estava prevista no âmbito da obra era a execução de um conjunto de esporões drenantes, em complemento daqueles que já se tinham feito quando houve o escorregamento.-----

Em relação à empreitada, foi executado exatamente o que estava previsto. Na estrada da Manaça, que não é uma estrada, é um caminho vicinal de terra batida, os muros são de limite de propriedade, em pedra seca, já estavam num estado de destruição bastante acentuado, e lá ficaram, só se tendo cortado na zona onde se colocaram os esporões drenantes.-----

Melhorou-se a drenagem, na sequência dumas questões levantadas na reunião de câmara, o próprio esteve no local, verificou, e pediu que fosse feita uma valeta em



meia cana nos pés dos esporões drenantes, que no fundo era para completar uma valeta de pedra que lá estava. -----

Aproveitou para mostrar uma fotografia, mencionando que se fez o prolongamento da valeta no pé dos esporões para melhorar a drenagem de qualquer água que pudesse ali existir. -----

A estrada, em si, foi atingida nalguns pontos, teve deformações, mas têm sido reparadas, até por administração direta. Já se reconstruiu o muro, e há de ser reconstruído um muro que está sensivelmente a meio do caminho, que sofreu um escorregamento. Quanto aos outros, não se vão mexer, mas se se tiver de mexer em qualquer altura vai-se lá, e retiram-se os muros que lá estão, que neste momento ainda estão a drenar, sendo que aqueles muros haverão de passar a taludes. -----

Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, dizendo, quanto à questão da estrada da Manaça em si, que o engenheiro deve compreender que tem a ver com as escorrências do talude da estrada de S. Marcos em direção à estrada da Manaça, pelo que lhe pergunta se a meia cana que lá foi colocada é suficiente para, em condições normais de pluviosidade e escorrência do talude da estrada de S. Marcos, não atingir a estrada da Manaça. -----

O Engº José Fernandes interveio, referindo que é suficiente, justificando que há dois tipos de drenagem na zona, sendo um deles as valetas, que são um tipo de drenagem superficial, isto é, recolhem águas que superficialmente andam pelas terras ou nos pés dos taludes, e isso efetivamente garante. Em relação à drenagem subterrânea, não é visível na maior parte dos casos, e refere-se concretamente à faixa entre o viaduto e o talude da EN10.6, em que estão feitos drenos subterrâneos a mais de um metro de profundidade, que drenam para a passagem hidráulica que lá está. -----

O caso dos esporões drenantes é para drenar águas subterrâneas que venham por aquela encosta, a montante da EN10, onde está assente a plataforma da estrada municipal. Estão ali drenos, entre eles esporões drenantes, que são maciços de pedra que entram pelo terreno dentro, que são perpendiculares à estrada da Manaça, e cuja função é drenar águas subterrâneas. Assim, para melhorar o escoamento superficial das águas que forem ter ali, foi pedida a execução daquela



Deliberação nº

19

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.-----



Deliberação nº 1191

52.ata minuta reunião



Deliberação nº 1182

E eu, , Fernando Paulo Serra Barreiros, Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica, em regime de substituição, a subscrevi _____

- Alberto Simões Maia Mesquita -